



## OS GRANDES DESAFIOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA uma análise de conjuntura

Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB – Padre Thierry Linard<sup>1</sup>

14 de abril de 2023.

*“Quando os problemas se tornam absurdos, os desafios se tornam apaixonantes”<sup>2</sup>*

Dom Helder Camara

### 1 – Introdução

Toda mudança de ano traz consigo a ideia de renovação de ciclos e de tempos nas mais variadas culturas. É quase certo que, em alguns casos, há alguns períodos em que, de tão distintos, a história de um povo e de uma nação ganha uma velocidade e proporciona uma série de mudanças submetidas aos mais diversos pontos de vistas, mas, da mesma forma, exige que forcemos o olhar para que não haja muitos pontos cegos. É com esse espírito que o ano de 2023 foi iniciado. E, da mesma forma, sob um ritmo do tempo cada vez mais acelerado que estamos construindo uma análise de conjuntura em que as transformações, possivelmente, estão mais velozes que a nossa própria percepção.<sup>3</sup>

O ocorrido nos meses de dezembro de 2022, a janeiro e fevereiro de 2023, é, em tese, os cerca de 90 dias em que o Brasil e o mundo estão submetidos a uma época e a um conjunto de grandes desafios que marcarão o nosso futuro. Na mesma condição, o novo governo federal,

<sup>1</sup> Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros da Conferência, assessores, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina – MA, Pe. Paulo Renato Campos – Assessor de Política da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Gustavo Inácio de Moraes – PUC/Rio Grande do Sul, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP) e Ricardo Ismael – PUC/Rio.

<sup>2</sup> Citado em <https://www.cnbbne1.org.br/arquidiocese-de-olinda-e-recife-convida-para-conclusao-da-fase-local-do-processo-de-beatificacao-de-dom-helder/>. Acesso em 12 abr. 2023.

<sup>3</sup> Ulrich Beck (1944-2015) trabalha com a hipótese de que estamos em um destes instantes do espaço-tempo em que as transformações estão mais velozes que a nossa própria percepção e qualquer concepção intelectual, em especial com a não compreensão de que os eventos globais se desenrolam em uma sociedade marcada pela desestabilização dos conceitos básicos e das certezas de que até então a sustentaram. Ver BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.





e os estaduais e do Distrito Federal, completaram 100 dias. A sensação é que, nas próximas décadas, especialmente no caso brasileiro, haverá uma marca na linha do tempo, assim como foi, por exemplo, o ano de 1964<sup>4</sup> ou o ano de 1985<sup>5</sup>, ou ainda o de 2013<sup>6</sup>. E, no mesmo sentido, com os olhos sobre o presente vamos tentar oferecer alguns dos aromas do futuro em forma de grandes desafios.

Como dito na análise de conjuntura de março de 2023<sup>7</sup>, os meses de dezembro de 2022, janeiro e fevereiro de 2023 são um intenso momento na linha do nosso tempo. Para além do cronológico, foi uma espécie de *kairós*<sup>8</sup>, em uma conjuntura que se apresentou com diversos e complexos elementos logo após as eleições nacionais de outubro. Não que as sementes estruturais que estavam no solo brasileiro estivessem adormecidas. Muitas vezes somente não eram apercebidas como elementos do que passou a acontecer.

O setor mais reacionário e radicalizado, com a derrota de Jair Bolsonaro, passou a adotar um conjunto de estratégias de resistência ante a mudança no Poder Executivo. Em um processo de múltiplos atores, quase todos com o mesmo procedimento sob o manto do “bolsonarismo”, foi tentado um “golpe”. O formato foi uma série de atentados contra a legalidade e contra as instituições do país. Atos terroristas, como os ataques em Brasília em 12 de dezembro de 2022, e muita agitação nas redes sociais não foram capazes de levantar a maior parte da população brasileira. Entretanto, conseguiram mobilizar uma parcela importante, entre crenças e ilusões, de se tentar mudar a realidade eleitoral fora das “quatro linhas da Constituição”, expressão desses setores mais atabalhados da nossa política<sup>9</sup>.

A contenção de tais iniciativas ilícitas resultou de um mosaico de fatores. No plano internacional, a falta de qualquer adesão política a um cenário de mudança por meio de um “autogolpe”, especialmente dos EUA, foi crucial. Da mesma forma, as instituições democráticas, mesmo solapadas, não permitiram que as turbacões do setor que perdeu as eleições atropelassem o processo eleitoral e seu resultado, especialmente por meio do Poder Judiciário, quase sempre o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal, além de

<sup>4</sup> Ver CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

<sup>5</sup> Ver KINZO, Maria D'Alva. *A democratização brasileira – um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo: Perspectiva, v. 15, n. 4, Outubro/Dezembro, 2001.

<sup>6</sup> Ver GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de Junho no Brasil e as Praças dos Indignados no Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2023/03/ANALISE-DE-CONJUNTURA-DE-DEZEMBRO-DE-2022-A-FEVEREIRO-DE-2023.pdf>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>8</sup> A ideia de *kairós*, de origem na Antiguidade grega, já estava presente em Górgias (487-376 a.C.), ainda da primeira geração dos retóricos sofistas, e que foi provavelmente o inventor do termo. Ela aparece, por exemplo, em autores como Tucídides, Maquiavel e, inclusive, Rousseau. Adotamos aqui *kairós* como o *tempo-de-agora* (*Jetztzeit*), com base no pensamento filosófico de Walter Benjamin (Ver BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften: Kritiken und Rezensionen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991, v. III, p. 84 e 287).

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/sempre-disse-que-iria-jogar-nas-4-linhas-da-constituicao-afirma-bolsonaro/>. Acesso em 04 abr. 2023.





várias mobilizações dos demais poderes, de governadores, de setores importantes da economia brasileira, das corporações e da sociedade civil. **A democracia foi vitoriosa!** E as investigações estão em curso para apontar os responsáveis.

Entretanto, mesmo com algumas posições distintas, as Forças Armadas foram palco de tensões que transmitiram uma série de incertezas e que, só foram superadas, pela presença forte de uma hierarquia mais legalista no seio das disputas que se ofereceram a olhos vistos para toda a sociedade. Órgãos de Estado, como as Polícias Militares de muitos Estados e a Polícia Rodoviária Federal, foram cooptados por setores radicalizados entre seus quadros que estiveram no limite da irresponsabilidade. Essas tensões remanescem e devem ser acompanhadas pela sociedade civil.

De toda forma, foi nesse contexto de ataque e defesa que, muito perto do fim de seu governo, o ex-presidente optou por sair do Brasil, instalando-se na cidade de Orlando, na Flórida (EUA), numa tentativa de reduzir a pressão sobre ele e sua família, após diversas e desastrosas iniciativas. Essa ida para o exterior, ainda em dezembro de 2022, além de não cumprir com a tradicional transmissão de cargo entre Presidentes, serviu de cortina de fumaça para que no dia 8 de janeiro de 2023, domingo, os adeptos mais radicais do “bolsonarismo” pudessem atacar Brasília e os poderes da República em um dos eventos mais deploráveis da história do país. E, após o seu retorno em 30 de março de 2023, ele está mais dedicado a defender-se do que de oferecer uma oposição ao atual governo.

O domingo do dia 8 de janeiro (8J) resultou de uma articulação de forças empresariais, financeiras, políticas e sociais. Os extremistas, hoje com uma parcela significativa submetida a processos criminais e muitos ainda sob prisão preventiva em Brasília<sup>10</sup>, destruíram espaços e prédios públicos com uma fúria inédita e com diversos simbolismos para todo o mundo, e para todos os democratas brasileiros. A reação social e da maioria das autoridades públicas, além das diversas articulações da sociedade brasileira, acabou por inaugurar o ano, num misto de decepção profunda e fortalecimento da democracia<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Dados do STF de março de 2023: “Em 9 de janeiro, a Polícia Federal (PF) prendeu em flagrante 2.151 pessoas que haviam participado dos atos e estavam acampadas diante dos quartéis. Destas, 745 foram liberadas imediatamente após a identificação, entre elas as maiores de 70 anos, as com idade entre 60 e 70 anos com comorbidades e cerca de 50 mulheres que estavam com filhos menores de 12 anos nos atos. Dos 1.406 que seguiram presos, permanecem na prisão 310 homens e 82 mulheres, totalizando 392 pessoas. Até o momento, a PGR denunciou 919 pessoas por incitação pública ao crime e associação criminosa. Dessas, 219 responderão também por crimes mais graves – dano qualificado, abolição violenta do estado de direito e golpe de estado. O ministro destacou que a PGR deixou de oferecer acordo de não persecução penal, por entender que a tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito é incompatível com a medida de despenalização. Todos foram notificados para apresentar defesa prévia. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503926&ori=1>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>11</sup> Cf. AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.





Se já estava na estratégia do novo governo federal fortalecer a frente ampla que o levou à vitória, acabou-se por se ter a construção de uma amplíssima correlação de forças políticas, com partidos políticos que não estavam articulados em 2022, como o União Brasil (resultado da fusão do PSL com o PFL). Tal movimento aumentou as condições mínimas de governabilidade, em nossa gramática política ultraconsensual, mas criou diversas disputas internas que nos permitem afirmar nesses centos e poucos dias: **o governo Lula está posto, mas ainda não está totalmente composto!** Apesar dos múltiplos esforços de articulação política, a relação executivo-legislativo padece de maior compactação e deixa a pauta política sob o controle dos comandantes das casas de um Congresso Nacional em que não tem maioria. Artur Lira (PP-AL) na Câmara dos Deputados, e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no Senado Federal, ambos reeleitos com apoio e trabalho duro de Lula e de seu arco de alianças, detêm muita força, junto com seus correligionários e parceiros políticos. No momento, os presidentes das duas casas legislativas estão em um cabo de guerra acerca do maior controle da dinâmica parlamentar, em especial no processamento das medidas provisórias oriundas do Poder Executivo, enquanto vão se colocando no intrincado tabuleiro de disputas e aproximações entre blocos partidários, grupos políticos e orçamentos.

O primeiro teste dessa “governabilidade” foi a PEC da Transição, promulgada pelo Congresso ainda em dezembro de 2022, com R\$ 145 bilhões de reais e duração de 1 ano, além da exigência de aprovação de uma nova regra fiscal que viria a substituir o “teto de gastos” vigente desde 2016, com a Emenda Constitucional (EC) 95. Ele teve o auxílio do Supremo Tribunal Federal, que decidiu tornar inconstitucional as emendas de relator, mais conhecidas como “orçamento secreto” e a determinação de retirada do benefício social do “teto dos gastos”. A exclusão do benefício do teto e a aprovação da PEC asseguram o uso de recursos para outras despesas.

Mas foi na **posse** de 1º de janeiro, ante a ausência protocolar de Bolsonaro, que o atual governo ofereceu ao Brasil e ao mundo, um **grande simbolismo** quando escolheu dar um caráter popular, com a presença de **representantes da sociedade brasileira**, em especial homens e mulheres carregados de histórias e lutas, como o líder indígena Ropni Metytire, conhecido como cacique Raoni, do povo *Mêbêngôkre-Kayapó* da Amazônia.

Evidente que a mudança de governo trouxe outras relações entre o Estado e a sociedade e oferece novas perspectivas. Temas como a situação dos indígenas, como o genocídio dos *Yanomamis*, a severa repulsa à mineração ilegal nas terras indígenas, a reação pronta e sem preconceitos com outras lideranças políticas frente à calamidade das chuvas extremas de verão no litoral de São Paulo e em outros muitos Estados, além do combate à política de juros altos



praticada pelo Banco Central e da proteção às mulheres brasileiras<sup>12</sup>, são alguns exemplos desse tempo.

Recentemente o Ministro da Fazenda anunciou **regras para a gestão do déficit público que substituirão o “teto de gastos”**. Com adoção de “bandas” (semelhante às metas da inflação), mas com limite mínimo para investimentos e com preservação das despesas com educação, entre outros pontos relevantes, a proposta parece ter tido boa receptividade no “mercado” e um certo “silêncio” entre os progressistas. Aguarda-se o debate no Congresso sobre este grande desafio, aqui denominado também de “**arcabouço fiscal**”.

Em outras áreas, ainda sem muita clareza acerca dos rumos, o governo federal tem esbarrado em sua própria dificuldade de responder aos grandes desafios da sociedade brasileira. Há diversas questões estruturais da sociedade brasileira que se acirraram nos últimos anos, causando um aumento do nosso **drama crônico da pobreza e da desigualdade social**, insistentemente reafirmada por Florestan Fernandes<sup>13</sup>, Octavio Ianni<sup>14</sup>, Rui Mauro Marini<sup>15</sup>, Theotônio dos Santos<sup>16</sup>, Raul Prebisch<sup>17</sup> e Vânia Bambirra<sup>18</sup>, dentre tantos outros intelectuais comprometidos em decifrar nossa herança histórica para melhor compreensão do presente.

Contudo, a atual **quadra histórica** trouxe diversas outras questões: um universo social muito polarizado, o crescimento desenfreado das desinformações e das *fake news*, a crise ética de uma sociedade em transformação, o movimento para além das identidades que resvala no “identitarismo”, uma economia excludente, a “financeirização” das relações produtivas, o “sistema da dívida”, a corrupção, a prática política que “desencanta” a cidadania, os muitos e insistentes riscos à vida, as violências distribuídas em todo espectro social, as agressões à Casa Comum e a destruição de nossos biomas, a tentativa de extinção e/ou aculturação dos povos originários e das populações tradicionais, o racismo, o papel das redes sociais e suas repercussões no mundo da cultura, da política e da religião, a cultura de ódio, dentre outros vários fenômenos do nosso tempo.

<sup>12</sup> No dia 4 de abril de 2023, uma série de leis foram sancionadas para ampliar a proteção das mulheres. Entre as medidas publicadas no *Diário Oficial da União* (DOU) estão a criação de um programa para combater o assédio sexual em órgãos públicos (Lei nº 14.450/2023), o funcionamento ininterrupto das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Lei nº 14.541/2023) e a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine). Pelo texto, as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar terão direito a 10% das vagas ofertadas pelo Sine. A Lei nº 14.542/2023 também prevê atendimento preferencial para trabalhadores resgatados de situação análoga à escravidão.

<sup>13</sup> FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

<sup>14</sup> IANNI, Octavio. A Questão Social. In: *A ideia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 87-109.

<sup>15</sup> MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Emir Sader (org.). Petrópolis, Vozes, 2000.

<sup>16</sup> DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. México, D.F.: Ediciones Era, 1978.

<sup>17</sup> PREBISCH, Raul. *Capitalismo periférico, crisis y transformación*. México, Fondo de Cultura Económica, 1981.

<sup>18</sup> BAMBIRRA, Vania. Integración monopólica mundial e industrialización: sus contradicciones. Santiago, *Sociedad y Desarrollo*, v. I, n. 1, 1972.





É a partir desse campo que vamos apresentar algumas reflexões e pontos de vista. A ideia é possibilitar que a **análise de conjuntura** crie o **diálogo** necessário para a proposição das futuras ações, nas várias formas de operacionalização dos fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos, que podem se expressar nas estratégias, nas articulações, nos procedimentos<sup>19</sup> e na vivência dos próximos passos da CNBB, de seus organismos e de todos pertencentes ao seu importante universo pastoral.

As palavras de Dom Helder Camara, na epígrafe desta introdução, nos convidam a refletir tanto quanto a conjuntura o faz: “*Quando os problemas se tornam absurdos, os desafios se tornam apaixonantes*”. Que possamos dialogar com **esperança e lucidez!**

## 2 – O Brasil no contexto de um mundo marcado por incertezas

Estamos diante de uma **crise econômica, social, cultural, política e ambiental** sem precedentes. Se o novo, para nascer, tem que aguardar o velho sucumbir, é bem provável que estejamos diante de uma exceção: os dois estão convivendo ao mesmo tempo!

A guerra na Ucrânia e em diversos lugares do mundo acabou por se transformar, na dicção do Papa Francisco, em uma **guerra mundial em pedaços**<sup>20</sup>. Os recursos híbridos fazem do tiroteio mais um trágico detalhe. Há “bombardeios cibernéticos” (roubo de informações e fraudes em sistemas operacionais), difusão de informações falsas e conflitos armados de tão baixa escala quanto letais para as populações, para a Criação e para a paz mundial.

Além da Europa, em pelo menos outros 28 países há conflitos ou são registrados combates armados em 2022. A informação é do Projeto de Dados de Localização e Eventos de Conflitos Armados. Países como Iêmen, Nigéria, Síria, Mianmar e Somália lideram esses registros, além da Ucrânia, com milhões de refugiados, migrantes e vítimas civis<sup>21</sup>.

Os cenários mundiais apontam para uma alteração, cada vez mais evidente, do parto de um outro **mundo multipolar**, em que a visão norte-americana (hegemônica, incontida, moralista e imprudente) já deixou de soar como única ante aos avanços da China e de outras potências regionais, especialmente a Rússia no continente europeu. E o início de 2023 trouxe

<sup>19</sup> WANDERLEY, M. B. Políticas públicas e trabalho social: polêmicas em debate. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Metodologias do trabalho social*. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2008, p. 11-17.

<sup>20</sup> “Há alguns anos, ocorreu-me dizer que estávamos vivendo uma Terceira Guerra Mundial em pedaços. Agora, para mim, a Terceira Guerra Mundial foi declarada. E este é um aspecto que deve nos fazer refletir. O que está acontecendo com a humanidade que teve três guerras mundiais em um século?”, disse Francisco de acordo com a transcrição desta conversa publicada pelo jornal “La Stampa”. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/619519-o-papa-afirma-que-a-terceira-guerra-mundial-foi-declarada-e-que-o-conflito-na-ucrania-talvez-tenha-sido-provocado>. Acesso em 08 mar 2023.

<sup>21</sup> Disponível em <https://acleddata.com/curated-data-files/>. Acesso em 10 abr. 2022





consigo uma **dinâmica geopolítica** que ampliou as tensões de novas batalhas pelos mesmos velhos motivos: economia, território, tecnologia e terror.

Já no **campo econômico**, o ano de 2023 será difícil, uma vez que os principais motores do crescimento global – EUA, Europa e China – experimentarão enfraquecimento da atividade. Em outubro do ano passado, o FMI reduziu sua perspectiva para o crescimento econômico global em 2023, refletindo o arrasto contínuo da guerra na Ucrânia, bem como as pressões inflacionárias e as altas taxas de juros engendradas por bancos centrais como o *Federal Reserve* dos EUA, embora recentemente tenha revisto tais previsões<sup>22</sup>.

A **desigualdade social** se alastra em diversos cantos do planeta e se reflete em precariedade das condições de trabalho, fome, racismos, doenças, guerras e migrações forçadas dos pobres da terra. Os números da imigração no mediterrâneo, quase sempre em direção à Itália e, em muito menor grau a Malta, são espantosos<sup>23</sup>, o que aumenta a pressão sobre os países e exige mais que solidariedade.

Como se não bastassem as epidemias que já conhecíamos, a partir do fim de 2019, a pandemia da COVID-19 assolou todo o mundo. Foi a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional foi declarada<sup>24</sup>. É um momento de **sindemia**<sup>25</sup>, em que a humanidade é assolada por ameaças permanentes, em especial aos mais vulneráveis.

O mundo também enfrenta uma **crise da democracia** representativa. No coração da teoria e da prática democrática estão o respeito pela dignidade individual, pela liberdade e pelos direitos humanos. Entretanto, entre os mais graves erros das democracias neste século, que vem desde a Guerra Fria, está a percepção equivocada de que a dignidade individual, a liberdade e os direitos humanos se dão sob o prisma de cada um e não das sociedades como um todo. Não se deram conta que fatores como as desigualdades, a falta de oportunidades econômicas para

<sup>22</sup> Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/02/12/economia-global-ensaia-deixar-onda-de-pessimismo-para-tras.htm>. Acesso em 17 mar. 2023.

<sup>23</sup> Em agosto de 2022, foram identificados quase 680 000 migrantes de mais de 41 nacionalidades pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) na Líbia. 89 % dos migrantes na Líbia são adultos e 11 % são crianças. A maioria dos migrantes provém do Níger, do Egito, do Sudão, do Chade e da Nigéria. Disponível em [https://dtm.iom.int/sites/g/files/tmzbd11461/files/reports/DTM\\_Libya\\_R43\\_Migrant\\_Report.pdf](https://dtm.iom.int/sites/g/files/tmzbd11461/files/reports/DTM_Libya_R43_Migrant_Report.pdf). Acesso em 08 mar 2023.

<sup>24</sup> Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40590>. Acesso em 08 mar 2023.

<sup>25</sup> Sindemia vem do conceito de “sindemia global” (apresentado em 2019 em relatório comissionado pelo *The Lancet*, conforme matéria disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/opinioao/2022/A-sindemia-global-na-perspectiva-brasileira>. Acesso em 08 mar 2023. Ela se refere à combinação sinérgica entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, as três decorrentes, principalmente, do sistema agroalimentar global, além de outros fatores sociais em comum. Usamos o conceito para incluir outros fenômenos de saúde, em que as pandemias vêm associadas a diversos novos fenômenos, como a recente da Covid-19, ou de outras relativas à saúde mental, como a depressão e as síndromes de pânico, além de velhas e novas doenças que desafiam os sistemas de saúde. No caso brasileiro, há pressões como a Dengue, a Zica e a Chikungunya, por exemplo, que aumentam muito as demandas por saúde.





todos e as corrupções, dentre tantos outros elementos, são estruturas que impactam diretamente as percepções sobre estas mesmas democracias.

Houve um incremento das tecnologias digitais e de uma **infocracia**<sup>26</sup> que também não receberam muita atenção das democracias em todo o mundo. Em grande medida, o uso perigoso desse conjunto acabou por ter um papel destacado no recrudescimento de governos autocráticos e de movimentos autoritários cada vez mais atuantes, a partir de estratégias de desinformação e outras formas de manipulação das informações, somadas ao discurso de ódio e propaganda em um tempo que os *smartphones* e as plataformas digitais transformaram completamente a comunicação humana.

Cada vez mais as **eleições** estão **polarizadas** e quase todas as **sociedades** estão **divididas**. Não há projetos de uma nova sociedade à disposição e a política vem perdendo o seu encantamento. O medo e a insegurança dos setores médios da população jogam ao debate político os temas morais e a religião. Ao ocupar um lugar cada vez mais central nas eleições, esta divisão da sociedade se manifesta também na Igreja Católica e em outras importantes tradições religiosas.

Na nossa região, a democracia vem sofrendo diversas turbulências. Desde casos mais extremados, como a Venezuela e sua tragédia humanitária sem proporções (em meio a pesadas sanções e bloqueios econômicos impostos pelos EUA), como a agudização do autoritarismo na Nicarágua, como frente aos desafios de governantes de países tão importantes como o Chile, a Colômbia e o Equador, além dos novos processos eleitorais em curso no Paraguai, na Argentina e um pouco mais adiante no Uruguai e no México, são tensões que apontam para uma situação de **instabilidade** e de pouca solução dos graves problemas dos povos de nossa Ameríndia.

O caso nicaraguense merece uma atenção por conta do recrudescimento autoritário do governo daquele país. A rebelião contra a ditadura de Daniel Ortega na **Nicarágua** completou cinco anos. Nascida da luta contra uma reforma neoliberal da Previdência Pública, ela se generalizou como uma demanda democrática contra o regime e enfrentamentos à repressão do regime. Afogada em sangue e perseguição, o resultado preliminar foi de pelo menos 324 assassinados pelas forças orteguistas, segundo relatórios da CIDH<sup>27</sup> e Anistia Internacional<sup>28</sup>, além de muitos exilados e desterrados políticos.

<sup>26</sup> Infocracia é um conceito do filósofo Byung-Chul Han. Para ele a digitalização do mundo muda radicalmente a nossa percepção. Ficamos embriagados de comunicação e informação que desencadeiam forças destrutivas e leva às fraturas e disrupções massivas no processo democrático. Na infocracia as informações são utilizadas como armas por meio de uma propagação viral: a infodemia. Ver HAN, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p. 25-46.

<sup>27</sup> *Nicaragua: Concentration of Power and the Undermining of the Rule of Law* (2021). Disponível em [https://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/2021\\_Nicaragua-EN.pdf](https://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/2021_Nicaragua-EN.pdf). Acesso em 12 abr. 2023.

<sup>28</sup> Cf. *Informe 2022/23 Amnistía Internacional: La situación de los derechos humanos en el mundo*. Disponível em <https://www.amnesty.org/es/documents/pol10/5670/2023/es/>. Acesso em 12 abr. 2023.





O regime do atual governo nicaraguense, para evitar ser derrotado nas eleições presidenciais, prendeu sete dos principais candidatos da oposição. Ortega ganhou as eleições de 2021 com 75% dos votos válidos e com um tremendo questionamento sobre a legitimidade dos resultados<sup>29</sup>. Temos hoje um regime marcado por violações sistemáticas às liberdades democráticas e aos Direitos Humanos, com a expatriação de 222 presos políticos e de outros 95 nicaraguenses que no exterior denunciavam os abusos de Ortega, com uma campanha de terror contra a Igreja Católica nicaraguense, com o encarceramento de religiosos, a crise diplomática com o Vaticano e a expulsão da Ordem das Missionárias da Caridade, fundada por Madre Teresa de Calcutá. Após os fatos mais recentes, o regime da Nicarágua foi classificado, pelo Papa Francisco, como “uma ditadura grosseira”<sup>30</sup>.

O processo eleitoral brasileiro de 2022, entretanto, impactou no **reordenamento geopolítico global e regional**. A vitória de Lula, além de trazer o Brasil de volta ao cenário internacional, pode ser entendido como uma importante superação dos ataques autoritários a que os processos eleitorais estão submetidos, ao menos por hora. Para além do personagem eleito e da aliança dos partidos que lideraram o resultado do pleito brasileiro do ano passado, e com todos os riscos a que fomos submetidos, o fato das eleições nacionais terem confirmado o resultado das urnas deu um fôlego democrático em uma quadra absolutamente difícil, com profundo respeito ao princípio da soberania do voto popular e ao papel das instituições públicas.

Talvez, das lições desse processo, a mais evidente é que o fortalecimento da democracia, com especial destaque para os **direitos humanos**, de normas e práticas **anticorrupção** e de um compromisso determinado e inadiável com a superação das questões sociais e ambientais, ao lado da afirmação de uma permanente **democratização**, não é tarefa apenas das autoridades, mas de toda a sociedade, suas instituições e de todos os seus cidadãos lúcidos e responsáveis.

Infelizmente, a **crise ambiental** avança e se aprofunda gerando eventos extremos em todo o mundo, o que amplia o drama social dos atingidos. Apesar disso e da mobilização mundial, não está sendo fácil mudar os padrões de relação da economia com a natureza ou os padrões de consumo – exagerado – dos mais ricos, o que amplia a crise ambiental. O Brasil aparece no centro do debate mundial por sua contribuição à devastação ambiental e pelo potencial que tem de ser parte relevante da solução dessa mesma crise.

O Brasil, com o novo governo, está em outra condição frente às **relações internacionais**, com diversas ações mundiais (como a questão da guerra na Ucrânia) e regionais, como a rearticulação de fóruns regionais e disputadíssimas agendas bilaterais e

---

<sup>29</sup> Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/em-elei%C3%A7%C3%A3o-contestada-daniel-ortega-%C3%A9-reeleito-na-nicar%C3%A1gua/a-59757171>. Acesso em 12 abr. 2023.

<sup>30</sup> Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/626855-ditaduras-grosseiras-francisco-compara-o-governo-da-nicaragua-com-as-ditaduras-comunista-e-hitlerista>. Acesso em 17 mar. 2023.



multilaterais<sup>31</sup>. Nas relações internacionais há uma grande expectativa acerca do retorno do Brasil e sua condição de potência média<sup>32</sup> a partir de 2023. Visitas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina e ao Uruguai, em janeiro, aos Estados Unidos em fevereiro, à China e Abu Dhabi, em abril, bem como as previstas para o primeiro semestre (Espanha, Portugal, Japão), demonstram a retomada das articulações para uma maior presença internacional brasileira.

### 3 – Os grandes desafios brasileiros

#### 3.1 – No campo da economia

O processo de **financeirização** do capitalismo que está em curso não se caracteriza apenas pela priorização do lucro financeiro com relação ao lucro operacional por parte das empresas, ou pela importância crescente dos mercados e das instituições financeiras nas economias nacionais ou, ainda, pelo valor impressionante dos ativos financeiros globais, até mesmo quando comparados com os Produtos Internos Brutos dos principais países do mundo.

Trata-se também e, fundamentalmente, da captura do Estado e da política macroeconômica pelos interesses do setor financeiro<sup>33</sup>. Nesse sentido, financeirização e **neoliberalismo** nutrem-se mutuamente, pois são os dois lados de uma mesma moeda, o que, inclusive, torna difícil a separação dos seus impactos.

As políticas neoliberais tendem a levar a uma compressão da demanda total da economia e à concentração da renda, com perdas substanciais para os salários. Esses movimentos, associados à **desregulamentação dos fluxos de capitais**, colocam os mercados financeiros como alternativa eficaz para a acumulação, frente aos problemas decorrentes dessa contenção da demanda e do acúmulo de dinheiro por determinados agentes econômicos. Daí o devotado e inestimável apoio de bancos, corretoras, gestores de fundos e outros operadores do mercado financeiro às políticas neoliberais e aos políticos que as implantam e defendem.

Não deixa de ser interessante notar que apesar do discurso de menos Estado e mais mercado, de autorregulamentação e de total autonomia aos agentes privados, o resultado desse processo é exatamente o inverso. O Estado se tornou o cerne da acumulação capitalista e os bancos centrais os principais operadores e garantidores da rentabilidade do capital privado, ao

<sup>31</sup> Por exemplo: <https://www.worldfinance.com/special-reports/brazil-is-back>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>32</sup> Potência média entendida aqui como “um Estado cujos líderes consideram que eles não podem agir sozinhos de forma efetiva, mas que talvez consigam provocar um impacto sistêmico por meio de um pequeno grupo ou instituição internacional”, cf. KEOHANE, Robert. O. Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. International Organization, 1969, vol. 23, issue 2, 291-310.

<sup>33</sup> Disponível em <https://www.postkeynesian.net/working-papers/2110/>. Acesso em 04 abr. 2023.





estabelecer as taxas de juros, alavancar recursos para a remuneração dos títulos públicos, garantir a liquidez do sistema e até mesmo resgatar instituições problemáticas, como voltou a acontecer recentemente nos Estados Unidos e na Suíça.<sup>34</sup>

O **setor bancário internacional** apresentou graves focos de crise neste mês de março de 2023. O banco *Credit Suisse*, que já vinha enfrentando crise de credibilidade há tempos<sup>35</sup>, com várias análises<sup>36</sup> mencionando expressamente o seu risco de quebra<sup>37</sup>. Ele só não quebrou de fato porque recebeu “ajuda de US\$ 54 bilhões” do Banco Central da Suíça<sup>38</sup> e, em seguida, foi comprado pelo banco suíço UBS, em meio a confissões de “fragilidades materiais” nos balanços dos 2 últimos anos, por US\$ 3,23 bilhões<sup>39</sup>.

É importante recordar que uma porta-voz desse banco, que já não adotava práticas corretas em sua própria contabilidade e atuação, desde 2021 vinha dando um verdadeiro ultimato ao Brasil, exigindo pressa na aprovação de contrarreformas e ameaçando com alta de juros e do dólar<sup>40</sup>. Agora ficou mais uma vez comprovado que o discurso do capital é bem diferente de suas práticas.

Nos Estados Unidos, dois grandes bancos faliram e outro precisou ser salvo, em todos os casos por falta de lastro financeiro para seus depositantes, em decorrência de um afrouxamento ainda maior na regulamentação bancária por parte do Banco Central norte-americano (*Federal Reserve Bank – FED*). Devido a esse afrouxamento de regras na utilização de recursos de clientes desde março de 2020, sob a justificativa da pandemia, as instituições financeiras passaram a poder gastar tudo o que recebiam em depósitos de correntistas<sup>41</sup>, resultando no que aconteceu com o *Silicon Valley Bank (SVB)*, considerado o 16º maior banco estadunidense, que se dedicava principalmente a financiar novos negócios (*startups*).

<sup>34</sup> Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/16/resgate-credit-suisse-anuncia-emprestimo-de-us-54-bilhoes-do-banco-central-da-suica>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>35</sup> Disponível em <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/temor-com-crise-no-credit-suisse-respinga-na-cshg-que-perde-fundos-para-outros-bancos-e-gestoras/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>36</sup> Como a feita na Análise de Conjuntura deste grupo em outubro de 2022: *A POLÍTICA BRASILEIRA E INTERNACIONAL – uma análise de conjuntura*. Aqui: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/10/A-Politica-Brasileira-e-Internacional-17.10.2022.pdf>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>37</sup> Disponível em <https://www.infomoney.com.br/mercados/credit-suisse-o-que-esta-acontecendo-com-o-banco-e-quais-sao-os-riscos-da-crise-para-o-mercado/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>38</sup> Disponível em <https://diariodocomercio.com.br/economia/credit-suisse-recebe-ajuda-de-us54-bilhoes-em-corrida-para-evitar-crise-bancaria-global/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>39</sup> Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/ubs-deve-comprar-credit-suisse-por-us-2-bilhoes/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>40</sup> Ver o artigo “Estamos sob a ditadura do capital”. Disponível em <https://monitormercantil.com.br/estamos-sob-a-ditadura-do-capital/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>41</sup> Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/entenda-a-quebra-do-silicon-valley-bank-e-o-impacto-no-mercado/>. Acesso em 04 abr. 2023.





Outro banco norte-americano falido foi o *Signature Bank*, que teve parte de seus ativos assumidos pelo *Bancorp* – apenas parte, porque a parte das criptomoedas ficou fora da negociação<sup>42</sup>, e provavelmente vai virar pó. A crise se manifestou ainda no *First Republic Bank*, que só não foi à falência porque 11 grandes bancos se reuniram<sup>43</sup> para salvá-lo, prática considerada incomum<sup>44</sup>, mas que foi adotada sob a justificativa de risco de contágio.

O traço comum dessa quebraadeira lá fora é o relaxamento de **regras de segurança para o funcionamento do sistema financeiro**, permitindo elevada alavancagem, que aumenta o risco devido à falta de lastro, como as notícias estão evidenciando. E nesse contexto, o “déficit”<sup>45</sup>, a dívida pública e os seus mecanismos geradores e de rolagem jogam um papel fundamental, seja na sustentação da demanda em situações específicas, seja na injeção líquida de recursos nas contas bancárias dos grandes detentores dos títulos da dívida.

A questão é que, ao assumir o papel de fomentador, operador e garantidor em última instância do **rentismo**, o Estado vê comprometidos os seus objetivos perante a imensa maioria dos cidadãos, até mesmo no que diz respeito às funções básicas atribuídas a um Estado mínimo. Um exemplo disso temos em 2022. No Brasil, os gastos do governo federal apenas com o pagamento dos juros da dívida interna foram estimados em R\$ 780 bilhões<sup>46</sup>, o que corresponde a 5,7 vezes os gastos com a saúde, ou 7,2 vezes o que se gastou com Educação, ou ainda, 2.690 vezes o que foi destinado ao saneamento básico. Se considerarmos ainda os gastos com amortizações, o serviço da dívida chega aos impressionantes R\$ 1,879 trilhão, o que corresponde a 46,3% de todo o Orçamento Federal executado no ano (pago) ou 9,7 vezes os gastos com Assistência Social. Interessante é constatar que, em que pese todo esse montante pago, a dívida pública federal ainda aumentou em R\$ 464 bilhões durante o ano.

Quando o Estado paga, alguém recebe. Do outro lado temos os detentores dos títulos da dívida pública. Porém, no Brasil, são divulgados apenas os setores econômicos que detêm os títulos públicos, pois a identificação dos detentores é considerada informação sigilosa, em

<sup>42</sup> Disponível em <https://fusoesaquisicoes.com/acontece-no-setor/bancorp-assume-o-signature-bank/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>43</sup> Disponível em <https://investidor.estadao.com.br/ultimas/banqueiros-plano-resgate-first-republic-bank/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>44</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0TPtmgX3hnk>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>45</sup> O “déficit” precisa ser detalhado, pois tem sido usado como um dogma que passa a dirigir as decisões relacionadas à destinação das verbas orçamentárias. Teoricamente, temos dois tipos de “déficit”: (1) o “nominal”, que inclui os gastos com juros da dívida pública (e é pouco citado, pois tem sido o grande responsável pelo descontrole das contas públicas no Brasil), e (2) o “déficit primário”, que não inclui os gastos com juros e considera somente as despesas primárias, isto é, os gastos sociais e com a estrutura do Estado, comparando essas despesas com as receitas primárias (basicamente as receitas tributárias). Outras receitas deveriam ser consideradas no cálculo primário, tais como lucros das estatais, eventuais lucros do BC, entre outras, mas tais receitas são direcionadas para o pagamento de juros da dívida pública.

<sup>46</sup> Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>. Acesso em 04 abr. 2023.





flagrante desrespeito ao princípio constitucional da transparência, que deve reger todo **gasto público!** Adicionalmente, ao divulgar os dados dos setores econômicos que detêm os títulos públicos, o Tesouro Nacional<sup>47</sup> omite cerca de R\$ 2 trilhões de títulos que são doados pelo Tesouro Nacional ao Banco Central (BC) e repassados por este aos bancos, nas denominadas “Operações Compromissadas”<sup>48</sup>. Essa omissão gera uma distorção no percentual de detentores de títulos divulgados pelo Tesouro Nacional. Quando computamos corretamente e incluimos todos os títulos públicos, inclusive os doados pelo Tesouro Nacional ao Banco Central (que na prática passam a ficar em poder de bancos), temos: instituições financeiras (43%), fundos de investimentos (19%), fundos de previdência (18%), seguradoras (3%), governo (4%), outros (5%) e até mesmo não residentes (8%), grandes beneficiários dessa distribuição de renda às avessas, uma vez que retira recursos dos gastos prioritários aos mais pobres e canaliza os recursos para os aplicadores e operadores do mercado financeiro.

O resultado não poderia ser outro. Enquanto as instituições financeiras batem recordes de lucratividade<sup>49</sup> e o lucro financeiro substitui o lucro operacional para muitas empresas do setor produtivo, os indicadores sociais e de emprego se deterioraram e a pobreza e a fome também batem seus recordes.<sup>50</sup>

A prioridade na destinação dos recursos públicos para o rentismo ficou escancarada a partir da vigência da Emenda Constitucional 95/2016, que levou a política de superávit primário ao nível constitucional e instituiu o “**teto de gastos**”, deixando fora do teto e sem controle ou limite algum os gastos com a dívida pública. Em 2022, por exemplo, chegamos a bater recorde de arrecadação tributária de centenas de bilhões de reais<sup>51</sup>, mas os recursos não puderam ser destinados às demandas sociais urgentes, como educação, apesar de as universidades e institutos federais estarem com seu funcionamento ameaçado! Toda a sobra foi absorvida pelo rentismo.

<sup>47</sup> Ministério da Fazenda, “Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2022”, Brasília, Secretaria do Tesouro Nacional, janeiro, 2023.

<sup>48</sup> As “Operações Compromissadas” têm sido usadas em volumes exorbitantes pelo Banco Central do Brasil, atualmente em montante superior a R\$ 1,2 trilhão, mas já esteve em R\$ 1,7 trilhão (set/2020) por exemplo. Na prática, se prestam a remunerar diariamente a sobra de caixa dos bancos (dinheiro de toda a sociedade que se encontra depositado ou aplicado em bancos e que deveria retornar à sociedade por meio de empréstimos a juros baixos), mas fica esterilizado no Banco Central, rendendo juros diários aos bancos e provocando uma série de danos econômicos, dentre os quais o aumento da dívida pública, pois o BC troca essa sobra de caixa dos bancos por títulos públicos para justificar o pagamento dessa remuneração parasita <https://auditoriacidade.org.br/conteudo/deposito-voluntario-remunerado-e-bolsa-banqueiro-sem-limite-e-sem-causa/>

<sup>49</sup> Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/principais-bancos-lucram-r-962-bilhoes-em-2022/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>50</sup> Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2022/12/02/pobreza-e-extrema-pobreza-batem-recorde-no-brasil-mostra-ibge.htm>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>51</sup> Disponível em <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/arrecadacao-federal-alcanca-mais-de-r-2-21-trilhoes-no-acumulado-de-janeiro-a-dezembro-de-2022>. Acesso em 04 abr. 2023.





A Emenda Constitucional 126 (PEC da Transição) prevê o fim desse teto da EC 95, no entanto, sob a condição de aprovação de uma **nova regra fiscal**, cujo arcabouço foi apresentado recentemente pelo Ministro da Fazenda, e seu objetivo seria manter equilíbrio fiscal e controlar o crescimento da dívida pública. Cabe questionar se, de fato, haveria necessidade dessa limitação. Em primeiro lugar, porque muitos países convivem com déficits históricos a fim de garantir melhores condições de vida para suas populações, e a situação de desigualdade social gritante que existe no Brasil justificaria plenamente uma situação deficitária. Em segundo lugar, é evidente que essa limitação visa garantir o privilégio do rentismo, ainda mais diante da forte e injustificada elevação dos juros pelo Banco Central. Por que restringir os gastos sociais se não são estes os responsáveis pela explosão da dívida pública, mas sim os juros elevadíssimos e os mecanismos que geram dívida sem contrapartida, como já declarou o TCU<sup>52</sup>? Durante 20 anos (de 1995 a 2014) produzimos R\$ 1 trilhão de superávit primário e, no mesmo período, a dívida pública saltou de R\$ 86 bilhões para R\$ 4 trilhões, o que evidencia que a dívida pública não cresceu por causa dos gastos sociais! Por que seguir sacrificando a sociedade e o nosso direito ao desenvolvimento socioeconômico para pagar os juros mais elevados do mundo sobre uma chamada dívida que sequer tem contrapartida em investimentos? Infelizmente, a análise das linhas preliminares da nova regra fiscal apresentada pelo Ministro Fernando Haddad em 31/03/2023 mostram a continuidade dessa mesma mentalidade rentista, tendo em vista que a tônica do “novo arcabouço” mantém o “teto de gastos” com uma diminuta margem de crescimento de apenas 0,6 a 2,5% das despesas primárias do ano anterior<sup>53</sup>.

Mas, além do papel de garantidor e principal fonte de remuneração do capital rentista, o Estado cumpre também papel importante na acumulação para outros setores empresariais, por meio da mercantilização dos serviços que correspondem aos direitos sociais. Assim, saúde, educação, previdência, segurança *etc.*, deixaram a esfera dos direitos públicos e passaram a ser tratados como mercadorias a serem adquiridas no mercado por aqueles que tem dinheiro para comprá-las, ou, ainda, em alguns casos, são serviços comprados pelo Estado e disponibilizados à sociedade. Dessa forma, as políticas públicas se articulam e se estruturam a partir dos

<sup>52</sup> Tribunal de Contas da União (TCU). Fala do representante do TCU à CAE/Senado, disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>, fundamentada no Acórdão 1084/2018 - TCU: *O Tesouro Nacional também registra que não foram identificadas, no período inserido no escopo desta auditoria, despesas orçamentárias nos orçamentos fiscal e da seguridade social classificadas no grupo de despesa “4 - Investimentos” custeadas com recursos das fontes “43 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal” ou “44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações.*

Acórdão disponível em [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/\\*/NUMACORDAO%253A1084%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse..](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1084%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse..) Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>53</sup> Análise das informações preliminares apresentadas pelo Ministro Fernando Haddad disponível em artigo: <https://auditoriacidadada.org.br/novo-arcabouco-fiscal-mantem-teto-de-gastos-sociais-para-privilegiar-gastos-com-o-sistema-da-divida/> e live <https://www.youtube.com/watch?v=aR016jYcGF8>. Acesso em 04 abr. 2023.





interesses privados e o **interesse público** é relegado ao papel de justificativa para o gasto de verbas públicas, que tem como objetivo primordial garantir a rentabilidade das empresas fornecedoras e não a solução de problemas sociais.

Têm-se, assim, um paradoxo no que diz respeito ao orçamento e ao gasto público em quase todo o mundo. Enquanto o discurso é de **Estado mínimo** e austeridade fiscal, o que se vê na prática é o aumento do gasto e do orçamento. Enquanto o discurso é de exaltação ao livre mercado e ao capital privado, o que se vê é o Estado se tornar o grande instrumento para a acumulação de capital e para o rentismo. Nesse Leviatã privatizado, até mesmo atividades primordiais da sua constituição jurídica passam a ser operadas pela lógica do mercado, tais como as forças armadas, constituídas por exércitos de mercenários<sup>54</sup>, e as prisões privatizadas<sup>55</sup>.

Essa centralidade do Estado no processo de acumulação de capital torna vital o seu comando e controle por parte dos grupos dominantes. Instituições financeiras, grandes corporações, empresas de comunicação, articuladores de interesses setoriais ou regionais e entidades representativas do empresariado se organizam em grupos de pressão a disputar postos na estrutura do Estado, formar bancadas parlamentares e grupos de influência e alavancar os recursos para o financiamento das campanhas eleitorais de candidatos e partidos comprometidos com seus interesses.

Essa clara interferência do poder econômico nos resultados eleitorais mantém os representantes eleitos como reféns dos interesses dos seus financiadores e a ocupação dos cargos públicos se apresenta como uma relação de troca que terá como contrapartida o atendimento de solicitações futuras. Cria-se, assim, o ambiente favorável ao desenvolvimento dos mecanismos de **corrupção sistêmica e endêmica**<sup>56</sup> os quais, vez por outra, são expostos ao público, tornando a classe política ainda mais submissa e fragilizando as instituições e a democracia perante a opinião pública.

O que vai se tornando evidente nesse processo é a incompatibilidade entre a financeirização do capitalismo associado às políticas neoliberais e a democracia. E é a incapacidade do Estado, capturado pelos interesses privados, de fazer frente às demandas sociais e de defender os interesses públicos, que fertiliza o solo por onde brotam as sementes do autoritarismo, do sectarismo e das ações antidemocráticas.

Se em um primeiro momento a financeirização do capital e as políticas neoliberais atacaram os direitos sociais, transformando-os em mercadoria e precarizaram as relações de trabalho, o **alvo** agora são os **direitos políticos**. Para garantir os fluxos de renda e os privilégios

<sup>54</sup> Disponível em <https://jornalistaslivres.org/guerra-na-ucrania-e-oportunidade-para-mercenarios-faturarem/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>55</sup> Disponível em <https://cognitiojuris.com.br/o-atual-estagio-das-prisoos-privatizadas-no-brasil-e-nos-estados-unidos-da-america/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>56</sup> Disponível em <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/963>. Acesso em 04 abr. 2023.





de grupos minoritários frente a uma sociedade convulsionada pela desigualdade econômica e social, e marcada pela falta de perspectivas e pelas violências, faz-se necessário um Estado também violento. Não são coincidências os flertes de importantes setores do capital com as iniciativas golpistas e antidemocráticas e o apoio político e financeiro a candidaturas que explicitamente se propõem a destruir as instituições democráticas e o Estado de direito.

Um dos pilares sobre os quais se assenta a democracia liberal é o pressuposto de que os cidadãos eleitores têm **acesso a informações** que lhes permitam escolher o melhor candidato e avaliar o seu desempenho. No mundo de hoje as mídias sociais, as “fake news” e algoritmos potencializam a desinformação e a mentira. Redes estruturadas, sustentadas por obscuros mecanismos de financiamento e abastecidas por robôs e perfis automatizados, as quais, muitas vezes se constituem em única fonte de informação de parcelas significativas da população, disseminam notícias falsas, atacam candidatos e partidos, inflam artificialmente determinados temas, difundem discursos de ódio e preconceitos e preconizam o **autoritarismo** como solução para as mazelas que afligem a sociedade.

Criam-se, assim, as condições políticas para a superação da democracia liberal a partir da eleição daqueles que, por meio de atropelos e interpretações enviesadas, vão instrumentalizar as instituições do Estado de direito com a clara, e muitas vezes explícita, intenção de destruí-las, dentro de uma aparente legalidade, contando com respaldo popular dado por um séquito de apoiadores obstinados. É assim que **as democracias podem morrer** “democraticamente”.<sup>57</sup>

Esse é o cenário que se apresenta para o novo governo. Mesmo eleito por uma pequena maioria de votos, sem uma base política consistente no legislativo e com os principais postos da máquina pública loteados entre aliados da heterogênea coligação que o elegeu, o atual Presidente da República deu indícios de que está disposto a resgatar, ao menos parcialmente, o Estado das garras dos interesses privados e do rentismo. Os frequentes ataques à política monetária e às taxas de juros<sup>58</sup>, a reestruturação de políticas públicas<sup>59</sup>, os esforços para buscar maior autonomia no direcionamento de verbas orçamentárias podem ser indícios dessa intenção.

Por outro lado, percebe-se que a proposta do atual governo de priorizar os gastos sociais, o crescimento econômico e o emprego, só encontrará possíveis espaços em eventuais expansões da receita fiscal – uma vez que no orçamento atual as receitas estão praticamente todas comprometidas com as despesas legalmente definidas e manutenção da atual estrutura do setor público – ou enfrentando o “**Sistema da Dívida**”, que atualmente tem consumido metade do

---

<sup>57</sup> Disponível em <https://sul21.com.br/opiniao/2018/10/as-democracias-tambem-morrem-democraticamente-por-boaventura-de-sousa-santos/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>58</sup> Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy9dllgwy84o>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>59</sup> Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/02/5071572-lula-foca-em-pautas-sociais-e-politicas-publicas-contra-retrocesso.html>. Acesso em 04 abr. 2023.





orçamento geral da União<sup>60</sup>. A questão que se coloca neste momento de domínio do capital financeiro sobre as ações do Estado é se o Governo encontrará condições politicamente favoráveis no Congresso para direcionar efetivamente gastos reais adicionais, que possam ser gerados por expansão das receitas, para esses destinos pretendidos, presentes nos discursos políticos de Lula, desde o processo eleitoral, ou serão destinados, como vem sendo observado há tempos, ao rentismo.

Ao longo dos últimos meses, o **mercado de trabalho** brasileiro vem mostrando sinais de arrefecimento, caracterizado por uma leve aceleração da taxa de desocupação, o que reflete na perda de dinamismo da população ocupada. Segundo os dados mensais produzidos pelo Ipea, com base nas séries de trimestres móveis da PNAD Contínua, do IBGE, a taxa de desocupação dessazonalizada – após recuar fortemente, chegando a 8,3% em outubro de 2022, menor patamar desde abril de 2015 –, acelerou lentamente, de modo que em janeiro alcançou 8,6%, nível em que se manteve em fevereiro. Na comparação com fevereiro de 2022, entretanto, a taxa de desocupação registra queda de 2,6 pontos percentuais. A análise dos dados da PNAD Contínua mostra que esse movimento recente da taxa de desocupação é decorrente de uma retração da população ocupada. Em fevereiro, mesmo diante de uma pequena recuperação, na comparação com janeiro, o contingente de, aproximadamente, 98 milhões de ocupados na economia brasileira era cerca de 2,1 milhões menor que o registrado em junho de 2022, momento em que atingiu o patamar máximo da série. Em relação ao mesmo período do ano passado, o número de trabalhadores ocupados revela expansão de 2,7%. Nota-se, ainda, que este arrefecimento da ocupação vem ocorrendo de forma mais intensa no setor informal. No último trimestre, encerrado em fevereiro, enquanto a população ocupada formal se expandiu a uma taxa média interanual de 5,0%, a registrada entre os trabalhadores informais foi de apenas 0,4%.<sup>61</sup>

Como a **base política** do atual governo é bastante **instável**, com um Congresso muito atrelado aos interesses do capitalismo atual, muito provavelmente a gestão econômica do governo Lula não será fácil, permitindo antever que o país continuará a conviver com cenários econômicos e sociais muito semelhantes aos observados nas últimas décadas, quais sejam: (1) crescimento econômico muito baixo e não autossustentado (o crescimento anual desde 1980 – 42 anos – foi de apenas 2,13% e, mesmo após a estabilização de preços conseguida com o Plano

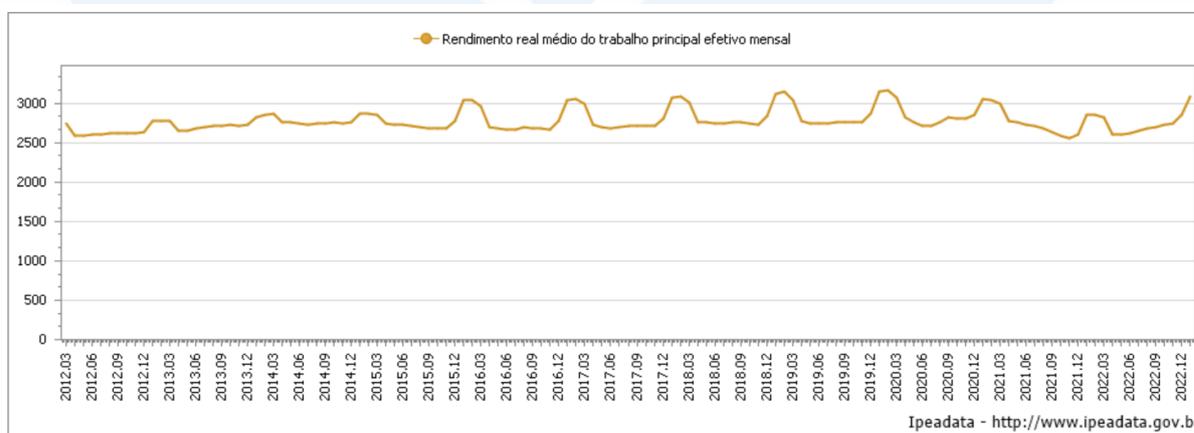
---

<sup>60</sup> Esse enfrentamento poderia ser feito por meio de uma auditoria, com participação da sociedade, capaz de mostrar os flagrantes problemas da chamada “dívida pública”, que o próprio Tribunal de Contas da União já provou que não tem contrapartida em investimentos. A conscientização e força política advinda da realização da auditoria poderá alterar a correlação de forças no Parlamento e na sociedade como um todo, conforme ocorrido no Equador a partir de 2008, registrado em relato de seu Embaixador no Brasil Disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/video/embaixador-do-equador-conta-o-que-mudou-no-pais-apos-realizacao-da-auditoria-da-divida/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>61</sup> Disponível em <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/04/desempenho-recente-do-mercado-de-trabalho-e-perspectivas-6/>. Acesso em 12 abr. 2023.

Real, em 1994, o crescimento nos últimos 28 anos se limitou a 2,23% ao ano, valores muito inferiores à média mundial no período, estimados pelo FMI em 3,39% e 3,42% ao ano, respectivamente)<sup>62</sup>; (2) falta de investimentos produtivos e em infraestrutura (com crescimento de apenas 1,37% e 0,51% ao ano, respectivamente, ou seja, com reduções constantes na participação do PIB, insuficiente até mesmo para substituir o capital depreciado anualmente)<sup>63</sup>; (3) retomadas parciais da ocupação da população economicamente ativa, seguidas de redução, mas sempre acompanhadas de quedas ou crescimento muito pequeno do rendimento médio dos trabalhadores (Gráfico 1 a seguir); (4) risco constante de sensação, especialmente pelo mercado financeiro, de perda de controle da inflação pelo governo; (5) preservação da péssima distribuição setorial, geográfica e pessoal da renda; (6) serviços públicos insuficientes e não adequadamente substituídos por serviços privados para a imensa maioria da população brasileira, que vive com rendimentos muito restritos (em 2022, segundo o IBGE, 29,4% da população brasileira vivia em condições abaixo da linha de pobreza, sendo 8,4% considerados extremamente pobres, portanto, totalmente dependentes de serviços públicos)<sup>64</sup>; e (7) lucros crescentes e recordes das empresas do segmento financeiro<sup>65</sup>, com as crises no setor continuando a serem absorvidas pelo Estado<sup>66</sup>.

**Gráfico 1**



<sup>62</sup> Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October/download-entire-database>. Acesso em 22 mar. 2023.

<sup>63</sup> Disponível em [http://ipeadata.gov.br/beta3/#/dados-serie?anomapa=&ascOrder=&base=macro&busca=forma%C3%A7%C3%A3o%20bruta%20de%20capital%20fixo&columnOrdering=&end=2020&fonte=&serid=DIMAC\\_IBRUTINFCT&skip=0&start=1980&tema=&territoriality=](http://ipeadata.gov.br/beta3/#/dados-serie?anomapa=&ascOrder=&base=macro&busca=forma%C3%A7%C3%A3o%20bruta%20de%20capital%20fixo&columnOrdering=&end=2020&fonte=&serid=DIMAC_IBRUTINFCT&skip=0&start=1980&tema=&territoriality=). Acesso em 22 mar. 2023.

<sup>64</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 22 mar. 2023.

<sup>65</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/18/dos-10-bancos-mais-rentaveis-do-mundo-4-sao-brasileiros.ghtml>. Acesso em 22 mar. 2023.

<sup>66</sup> Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/resolucao>. Acesso em 22 mar. 2023.





Tomando como referência os mandatos anteriores do atual presidente, não se pode acreditar que a gestão das finanças públicas venha a ser muito diferente, apesar do contexto econômico nacional e mundial ser muito distinto. Eventualmente poderá até ser proposta a geração de algum déficit orçamentário, mas jamais um descontrole das contas públicas<sup>67</sup>. Algo neste sentido já foi obtido pelo governo ao ser aprovada a Emenda Constitucional 126<sup>68</sup>, mas o que é necessário evidenciar, é que a pobreza gerada historicamente e agravada nos últimos anos, com crescimento absurdo de pessoas vivendo em condição de rua<sup>69</sup>, por não poderem mais sustentar o padrão anterior de vida obtido; com ataques e retiradas, ou não reconhecimento, de direitos de populações específicas; e com a **deterioração dos serviços públicos essenciais** oferecidos a parcelas imensas do povo brasileiro, que só podem contar com eles, consiste em um desafio, à sociedade brasileira, tão importante quanto foi combater a crise sanitária da pandemia da COVID-19 (a qual foi incorporada e aceita pela classe política durante o governo anterior, autorizando rompimentos constantes das restrições impostas pelo “teto de gastos” e geração de déficits orçamentários frequentes), mas que não se resolve a curto prazo. Por que não a mesma interpretação para enfrentar a pobreza e as desigualdades presentes no país?

Talvez seja essa a questão central, em torno da qual se desenvolverão os principais conflitos e que marcará os limites e as possibilidades do governo recém-empossado.

## 3.2 – No campo da política

### 3.2.1 – Governabilidade e governança pública: a reinvenção da relação entre o governo federal e o congresso nacional

O debate sobre **governabilidade e governança**, que tem sido central no contexto da redemocratização brasileira, ainda permanece atual neste início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O conceito de governabilidade “refere-se às condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder em uma dada sociedade, tais como as características do sistema político, a forma de Governo (parlamentarismo ou presidencialismo), as relações entre os poderes (maior ou menor assimetria, por exemplo), os sistemas partidários (pluripartidarismo ou bipartidarismo), o sistema de intermediação de

<sup>67</sup> Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0dlj3n1xwo>. Acesso em 22 mar. 2023.

<sup>68</sup> Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2022/emendaconstitucional-126-21-dezembro-2022-793528-norma-pl.html>. Acesso em 22 mar. 2023.

<sup>69</sup> Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT\\_Estimativa\\_da\\_Populacao\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf). Acesso em 22 mar. 2023.





interesses (corporativista ou pluralista), entre outras”<sup>70</sup>. Nesta perspectiva, a formação de uma base parlamentar estável no Congresso Nacional, que apoie e trabalhe para aprovação das matérias de iniciativa do Poder Executivo, representa pressuposto básico da governabilidade, evitando riscos de crise institucional e paralisia decisória nos trabalhos legislativos.

O conceito de governança, por sua vez, por ser entendido como “capacidade governativa no sentido amplo, envolvendo a capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas. Refere-se ao conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração do jogo de interesses”<sup>71</sup>. Desta forma, no caso brasileiro, a governança pública envolve a produção de políticas públicas vitais para a população, em diferentes áreas (saúde, educação, moradia, transporte, saneamento básico, segurança *etc.*), que exigem servidores públicos qualificados nos três níveis federativos, mecanismos de participação social, fontes estáveis de financiamento e órgãos de controle, com destaque para os Tribunais de Contas e o Ministério Público.

O fim do regime militar no Brasil nos anos de 1980, que representou também a volta do multipartidarismo e de um outro federalismo, fez com que alguns autores advertissem sobre as especificidades do sistema político que iria prevalecer no contexto da redemocratização, denominando-o de “presidencialismo de coalizão”<sup>72</sup>. De forma bem resumida, “o presidente é eleito pelo voto direto majoritário do eleitorado nacional, enquanto os deputados e senadores têm nos estados seu colégio eleitoral. A Câmara é eleita pelo voto proporcional e o Senador pelo voto majoritário simples. Dadas a heterogeneidade estrutural do país e as variações regionais na força dos partidos, a configuração do eleitorado presidencial se distancia significativamente da conformação do voto para o Legislativo, tornando improvável que o partido do presidente consiga maioria no Congresso. Em decorrência, tanto a governabilidade, quanto a governança passam a depender da formação de uma coalizão majoritária no Congresso”<sup>73</sup>. Essa base parlamentar governista é ainda mais importante em cenário com pautas reformistas, em particular naquele que exija a aprovação de emendas constitucionais com maioria qualificada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Com relação ao funcionamento do chamado “**presidencialismo de coalizão**” no Congresso Nacional, Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi analisaram o período

<sup>70</sup> Cf. DINIZ, Eli. Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. In: *Revista do Serviço Público*, Ano 47, Volume 120, Número 2, Mai-Ago 1996, pp.12-13.

<sup>71</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>72</sup> Cf. ABRANCHES, Sérgio. O Presidencialismo de Coalizão – O Dilema Institucional Brasileiro. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5 a 34.

<sup>73</sup> Cf. ABRANCHES, Sérgio. Trinta anos de presidencialismo de coalizão, *Blog DADOS*, 2019 [published 31 May 2019]. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/trinta-anos-de-presidencialismo-de-coalizao/>, p.1. Acesso em 04 abr. 2023.





pós-1988, de outubro de 1988 a janeiro de 2007. Como principal conclusão do estudo, constataram que o governo federal é o principal ator na produção legislativa do país, valendo-se da prerrogativa constitucional das medidas provisórias, e que conta com apoio sistemático e disciplinado de uma coalizão partidária no Congresso Nacional na aprovação das matérias do seu interesse. Isto é ainda mais verdadeiro nos dois Governos FHC e no primeiro Governo Lula. Poder-se-ia dizer, portanto, que no sistema político brasileiro quase inexistiam problemas de governabilidade.<sup>74</sup>

Com o passar dos anos, porém, especialmente a partir do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff (2015-2016), o “presidencialismo de coalizão” entrou em crise<sup>75</sup>. O Poder Executivo foi perdendo o controle da agenda do Congresso Nacional, e nos Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) tornou-se refém de intermináveis negociações com o bloco parlamentar denominado de “Centrão”, que envolviam geralmente a liberação de emendas parlamentares e distribuição de cargos no primeiro e segundo escalão. Embora se possa dizer que o “Centrão” já marcava presença na Assembleia Nacional Constituinte<sup>76</sup>, evidências indicam que seu poder de barganha cresceu nos anos recentes, na medida em que os estes presidentes passaram a correr risco de impeachment, em contexto de baixo crescimento econômico e diante expressivos índices de rejeição dos mandatários.

O presidente Lula encontrou, em 2023, uma **composição partidária no Congresso Nacional** bem diferente daquele de seu primeiro mandato (2003-2006), resultado da nova correlação de forças políticas que emergiu no país nos últimos anos. Em 2023, na Câmara dos Deputados, destacam-se o PL (99 deputados federais), a federação PT-PV-PCdoB (81), União Brasil (59), PP (42), MDB (42) e Republicanos(40).<sup>77</sup> Na Legislatura 2023-2025 o presidente da casa será o deputado Arthur Lira (PP/AL), que ocupava o mesmo cargo no Governo anterior, sendo reeleito com votação avassaladora.<sup>78</sup> No Senado Federal, as maiores bancadas são dos

<sup>74</sup> Cf. CHEIBUB, Argelina; LIMONGI, Fernando. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia. In: RANULFO, Carlos (org.). *A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21*. Editora da UFMG, 2007, pp. 25-32.

<sup>75</sup> Em análise de conjuntura realizado no CONSEP da CNBB, ainda em agosto de 2019, Melillo Dinis do Nascimento adotava a expressão “presidencialismo de colisão” para explicitar os tempos: “Viramos um país em que cresceu a quantidade de arenas e de palcos, especialmente na política, na educação, nos costumes e na economia”, explicou, citando o “presidencialismo de colisão” presente no atual contexto. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/quadro-social-no-brasil-e-grave-afirma-analista-politico-aos-participantes-do-consep/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>76</sup> Cf. LOPES, Júlio Aurélio Vianna. *A Carta da Democracia: O Processo Constituinte da Ordem Pública de 1988*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2008.

<sup>77</sup> Ver “A Nova Composição da Câmara”, disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicao-da-camara-2023/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>78</sup> Ver “Arthur Lira é reeleito presidente da Câmara com 464 votos”, disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/936487-arthur-lira-e-reeleito-presidente-da-camara-com-464-votos/>. Acesso em 04 abr. 2023.





seguintes partidos: PL (14 senadores), PSD (11), MDB (10), União Brasil (10) e PT (09).<sup>79</sup> O senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) foi eleito para o cargo de presidente, assim como havia acontecido no biênio anterior (2021-2023), numa disputa acirrada.<sup>80</sup>

O apoio do Governo Lula à reeleição de Arthur Lira para presidência da Câmara dos Deputados indica, por um lado, a manutenção da força do “**Centrão**” no andamento do processo legislativo, já que o deputado é um dos seus principais líderes.<sup>81</sup> Por outro lado, a aliança política sinaliza que o Governo Lula decidiu pelo pragmatismo neste início de mandato, certo que um candidato de oposição a Lira teria poucas chances de vitória, e que precisará do apoio dos partidos de centro-direita reunidos no Centrão, durante a votação do novo marco fiscal e da reforma tributária. A escolha, porém, é uma aposta que contém riscos. Difícil precisar os resultados que uma coalizão partidária ideologicamente heterogênea, sem identidade programática, composta por setores fisiológicos da política brasileira, em contexto marcado pelo empoderamento do “Centrão” no Congresso Nacional.

Tudo indica que um dos maiores desafios do Governo Lula será o **diálogo com o Congresso Nacional**. Não será tarefa fácil construir e manter uma coalizão partidária estável, e que possa garantir a aprovação das matérias de seu interesse. As características atuais do sistema político brasileiro e do Congresso Nacional não favorecem a presença do “presidencialismo de coalizão”, que prevaleceu nos dois primeiros mandatos do presidente Lula. A dificuldade não se encerra nas negociações envolvendo o “Centrão”, e no atendimento de seus pleitos. Existe uma oposição parlamentar organizada, que reúne o chamado bolsonarismo e forças políticas conservadoras. A polarização política-ideológica permanece na sociedade brasileira, como mostra pesquisa nacional do IPEC<sup>82</sup>, o que dificulta a formação de consensos e de negociações de interesse público.

Na tentativa de mitigar possíveis problemas na relação com o Congresso Nacional, e assegurar a governabilidade, experientes articuladores políticos do PT permaneceram no parlamento (Gleisi Hoffmann, Jaques Wagner, Humberto Costa *etc.*). Houve expansão do número de ministérios em relação ao governo anterior, para acomodar as forças políticas e

<sup>79</sup> Ver “Bancadas do Senado estarão mais concentradas em 2023”, disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/31/bancadas-do-senado-estarao-mais-concentradas-em-2023>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>80</sup> Ver “Senador Rodrigo Pacheco é reeleito presidente do Senado Federal”, disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/presidencia/noticia/rodrigo-pacheco/senador-rodrigo-pacheco-e-reeleito-presidente-do-senado-federal>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>81</sup> Ver “Chapa de Arthur Lira na Câmara empodera Centrão”, disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/chapa-de-arthur-lira-na-camara-empodera-centrao/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>82</sup> Ver “Ipec: 44% acreditam que Brasil corre risco de virar um país comunista”, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/19/ipecc-44percent-acreditam-que-brasil-corre-risco-de- virar-um-pais-comunista.ghtml>. Acesso em 04 abr. 2023.





sociais que trabalharam pela vitória presidencial em 2022, e para contemplar partidos políticos de outro espectro ideológico com representação no Congresso Nacional.<sup>83</sup> Ações governamentais voltadas para famílias de baixa renda procuram estabelecer uma agenda positiva, que deverá ter repercussão favorável nas bases eleitorais dos parlamentares.<sup>84</sup> Tudo isso, entretanto, precisará ser monitorado e avaliado. O cenário atual é inédito. Exige cautela e aprendizado.

Mais do que nunca, faz-se necessária a conscientização e mobilização da sociedade em relação a temas como democracia, orçamento e dívida pública, financeirização, tributação justa e vários outros, por meio das entidades sindicais e demais movimentos da sociedade organizada; formação de professores de todos os níveis de ensino, formação de setores religiosos e de multiplicadores nas redes sociais, dentre várias outras ações, para que a sociedade possa efetivamente acompanhar as ações e cobrar, de seus representantes políticos, posturas voltadas para os interesses sociais e do direito ao desenvolvimento socioeconômico do país.

Nesse quadro, um tema relevante se dá no contexto das relações dos poderes com o Judiciário. Importante ator político, o **Poder Judiciário** vem constituindo-se decisivo em muitos temas. Com a renovação de parte do Supremo Tribunal Federal (2 vagas em 2023 – a primeira com a saída do Ministro Ricardo Lewandowski, em 11 de abril de 2023, a segunda com a aposentadoria da Ministra Rosa Weber em outubro de 2023), a indicação de novos ministros do Superior Tribunal de Justiça e de novos desembargadores nos Tribunais Federais espalhados pelo Brasil, tanto Lula como o Senado ganharam uma oportunidade de discutir tais composições.

Ainda no campo das instituições jurídicas, o atual Procurador-Geral da República, “chefe” do Ministério Público Federal (MPF), Augusto Aras, termina o seu mandato em setembro de 2023, mas desde já os integrantes do governo articulam o seu sucessor. Tradicionalmente, o PT acata a lista tríplice elaborada pelos procuradores do **Ministério Público Federal**. Há diversos indícios de que, desta vez, porém, Lula tende a abandonar o costume e escolher um nome próximo de seus aliados, apesar das críticas das organizações do ministério público<sup>85</sup>.

O governo Lula ainda não apresentou ao país um programa de políticas públicas ou iniciativas de leis para o enfrentamento do grave problema da corrupção brasileira. À ausência de um plano geral de ações soma-se a nomeação — e manutenção no governo — de ministros

<sup>83</sup> Ver “Quem é quem: os 37 ministros empossados por Lula”, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/quem-e-quem-os-37-ministros-empossados-por-lula.ghtml>, Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>84</sup> Ver “Novo Bolsa Família entra em vigor; Congresso tem 120 dias para aprovar ou não a medida provisória”, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/02/novo-bolsa-familia-entra-em-vigor.ghtml>, Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>85</sup> Disponível em <https://mpd.org.br/nota-publica-em-defesa-da-lista-triplice-para-pgr/>. Acesso em 12 abr. 2023.





investigados, acusados e até condenados por corrupção. Houve as tentativas de enfraquecimento da Lei das Estatais, com o apoio de decisão do STF sobre o caso, e as pressões sobre a Diretoria de Governança e Conformidade da Petrobras. Na estatal CODEVASF, braço executor de bilhões de Reais canalizados pelas emendas de relator e cenário de inúmeros escândalos de corrupção, foi mantida a diretoria indicada pelo Centrão.

Apesar destes fatos graves, houve também medidas positivas para a **pauta anticorrupção**. O novo governo nomeou técnicos respeitados a cargos estratégicos para o enfrentamento da corrupção e vem adotando ações afirmativas inéditas para promoção da diversidade na máquina pública, o que ataca uma forma perversa e arraigada de corrupção institucional. A CGU também teve papel de destaque ao revogar sigilos ilegais do governo anterior e, ainda mais importante, estabeleceu diretrizes para a interpretação da Lei de Acesso à Informação, que devem reduzir o espaço para sigilos abusivos. Na área ambiental, depois de quatro anos de retrocessos, está em curso um processo fundamental de resgate das políticas e órgãos de fiscalização ambiental. Espaços de participação social estão sendo reestabelecidos e o diálogo com a sociedade civil organizada volta a acontecer na formulação e monitoramento de políticas públicas. De forma geral, as credenciais mais democráticas do atual governo se fazem notar em áreas diversas, o que é condição primordial para qualquer avanço sustentável do enfrentamento à corrupção<sup>86</sup>.

### 3.2.2 – Religião e política

É importante destacar que, em uma cultura altamente marcada pelas tradições religiosas presentes em nosso país, mesmo majoritariamente cristão, e por múltiplas religiosidades, os valores religiosos podem ser determinantes no debate público. Análises do Centro de Estudos da Religião e Políticas Públicas da USP a partir de *tweets* de lideranças religiosas, em 2022, por exemplo, indicaram o impacto dos pareceres de religiosos na opinião pública. O monitoramento concluiu que a religião está cada vez mais à frente da discussão pública e os valores religiosos estão dando mais forma a como a sociedade se comporta”.<sup>87</sup>

A questão crucial é quando a **religião** é usada para a **manipulação político-eleitoral** ou para a difusão de **discursos de ódio** e *fake news*. Alguns estudiosos do tema têm alertado para uma apropriação do cristianismo por grupos de extrema direita em várias partes do mundo. A identidade cristã é acionada para reforçar um pertencimento cultural, criando a ideia de pureza

<sup>86</sup> Avaliação a partir das análises da Transparência Internacional. Aqui: <https://transparenciainternacional.org.br/posts/100-dias-de-governo-lula/>. Acesso em 12 abr. 2023.

<sup>87</sup> Veja em: <https://jornal.usp.br/universidade/monitoramento-das-redes-mostra-como-valores-religiosos-influenciam-a-politica-no-brasil/>. Acesso em 23 mar. 2023.





nacional e ideologia política.<sup>88</sup> O teólogo e pesquisador Ronilso Pacheco, professor assistente do Departamento de Filosofia na Universidade de Oklahoma, nos Estados Unidos, em entrevista a *Deutsche Welle*, empresa pública de radiodifusão da Alemanha, afirma que a ideia de que o Cristianismo deve orientar a vida social está presente também no Brasil, assimilada com um projeto de poder.<sup>89</sup>

Reportagem do *Le Monde Diplomatique* (Brasil) associa a ascensão da extrema-direita no Brasil ao crescimento da sua presença em setores evangélicos<sup>90</sup>. Porém, vários ataques à CNBB e clérigos católicos demonstram que setores fundamentalistas de extrema-direita também estão presentes no universo católico.<sup>91</sup> Élio Gasda, da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, defende uma relação estreita entre neoliberalismo, pentecostalismo evangélico, reacionarismo católico e extrema-direita.<sup>92</sup>

Durante o período que este grupo de análise de conjuntura atuou (desde fevereiro de 2020), várias vezes foram feitas considerações sobre a utilização discricionária e enviesada da religião por políticos (dos três poderes), especialmente nas campanhas eleitorais. No período do governo Bolsonaro, a intencional utilização da religião, e principalmente da moral religiosa, como mecanismo de adesão e/ou repulsa pelas massas foi assunto corriqueiro.

A CNBB, nos momentos mais delicados e cruciais da vida nacional, sempre emitiu posicionamentos claros sobre a manipulação política e eleitoral. Em nota de 10/10/2022, em pleno período eleitoral (segundo turno das eleições presidenciais), a presidência da Conferência lamentava “a intensificação da exploração da fé e da religião como caminho para angariar votos no segundo turno. Momentos especificamente religiosos não podem ser usados por candidatos para apresentarem suas propostas de campanha e demais assuntos relacionados às eleições. Desse modo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lamenta e reprova tais ações e comportamentos.”<sup>93</sup>

Na nota, a Conferência afirmava que “a manipulação religiosa sempre desvirtua os valores do Evangelho e tira o foco dos reais problemas que necessitam ser debatidos e

<sup>88</sup> Leia em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/o-sequestro-do-cristianismo-pela-extrema-direita-no-mundo/>. Veja também em: <https://www.intercept.com.br/2020/07/27/entrevista-direita-populista-usa-cristianismo-para-criar-sentido-comum-e-respeitabilidade/>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>89</sup> Leia em: <https://www.dw.com/pt-br/nacionalismo-crist%C3%A3o-se-tornou-uma-ideologia-pol%C3%ADtica/a-63594546>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>90</sup> Veja aqui: <https://diplomatique.org.br/evangelicos-e-a-ascensao-da-extrema-direita-no-brasil/>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>91</sup> Veja aqui, por exemplo: <https://www.metropoles.com/brasil/cristaos-extremistas-de-direita-atacam-campanha-da-fraternidade-comunismo>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>92</sup> Veja em: <https://www.faje.edu.br/simposio2022/arquivos/conferencias/Elio%20Gasda.pdf>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>93</sup> Leia em: <https://www.cnbb.org.br/nota-cnbb-exploracao-fe-religiao-votos-2-turno/>. Acesso em 23 mar. 2023.





enfrentados em nosso Brasil. É fundamental um compromisso autêntico com a verdade e com o Evangelho”.

Anteriormente, no comunicado da 59ª Assembleia Geral, a CNBB já afirmava que “é motivo de preocupação a **manipulação religiosa** e a disseminação de *fake news* que têm o poder de desestruturar a harmonia entre pessoas, povos e culturas, colocando em risco a democracia”. E que a manipulação religiosa feita por políticos e religiosos “desvirtua os valores do evangelho e tira o foco dos reais problemas que necessitam ser debatidos e enfrentados em nosso Brasil”, como a miséria e a fome.<sup>94</sup>

Quando analisamos fenômenos como os atentados antidemocráticos do dia 08 de janeiro de 2023 contra os três poderes da República, para recordar somente um dos lamentáveis episódios de afronta à democracia e às instituições republicanas nos últimos tempos, verifica-se a presença de lideranças e igrejas financiando tais atividades.<sup>95</sup> Institucionalmente, como representação do episcopado brasileiro, a CNBB e outras entidades se manifestaram contrárias à tentativa de golpe.<sup>96</sup> Aliás, pesquisas recentes apontam que a maioria dos brasileiros é contra atos golpistas.<sup>97</sup>

É verdade que o catolicismo no Brasil nunca foi monolítico e apresenta várias formas de expressão, inclusive no campo político. Porém, nos últimos anos **setores fundamentalistas** dentro do catolicismo se associaram a grupos religiosos da extrema-direita do campo evangélico/protestante, inclusive em ações coordenadas de ataques à democracia, às instituições democráticas, às lideranças e aos movimentos sociais nos Parlamentos e nas mídias sociais. Ataques ao pontificado do Papa Francisco<sup>98</sup>, aos posicionamentos da CNBB, a líderes religiosos e a leigos que atuam numa perspectiva sociotransformadora passaram a ser constantes, principalmente na mídia, mas também em atos violentos explícitos.<sup>99</sup>

<sup>94</sup> Veja em: <https://www.cnbb.org.br/bispos-reunidos-na-59a-assembleia-geral-da-cnbb-divulgaram-a-mensagem-da-cnbb-ao-povo-brasileiro-sobre-o-momento-atual/>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>95</sup> Veja em: <https://www.folhape.com.br/politica/evangelicos-presos-durante-ataques-golpistas-em-janeiro-dizem-a-pf-que/261972/>. Acesso em 04 abr. 2023. Também aqui: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2023/03/15/igrejas-financiaram-onibus-e-organizaram-caravanas-para-8-de-janeiro-diz-relato-de-bolsonaristas.html>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>96</sup> Veja em: <https://www.salesianos.br/blog/cnbb-condena-ataques-criminosos-em-brasilia>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>97</sup> Veja aqui: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/22/maioria-dos-brasileiros-e-contra-atos-golpistas-e-defende-punicao-aponta-datafolha.ghtml> Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>98</sup> Veja aqui: <https://apublica.org/2020/01/fake-news-e-escandalos-a-midia-catolica-de-direita-ataca-francisco/> ou aqui <https://oglobo.globo.com/mundo/conservadores-catolicos-querem-que-bispos-denunciem-papa-francisco-como-herage-23634944>. Acesso em 24 mar. 2023.

<sup>99</sup> Veja aqui: <https://oglobo.globo.com/politica/padre-deve-entrar-para-programa-de-protecao-apos-ser-hostilizado-por-apoiadores-de-bolsonaro-no-ceara-25115180>, aqui: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/padre-de-sao-mateus-sofre-agressoes-verbais-por-defender-yanomamis> e aqui: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/06/21/por-postagens-que-pedem-dialogo-padre-zezinho-e-chamado-de-comunista.htm>. Acesso em 24 mar. 2023.





O **universo religioso**, enfim, não está distante das disputas políticas e do modelo de polarização que estamos enfrentando<sup>100</sup>. Quase todos os temas são parte de uma “**polarização**” (polarização das opiniões, polarização afetiva, polarização política, de questões socioeconômicos e sobre questões morais, religiosa, identitária, partidária *etc.*) no Brasil. Ao mesmo tempo, este fenômeno ganha uma base identitária<sup>101</sup> numa relação emaranhada entre o senso comum e um labirinto de significados.

Nesse sentido, é fundamental que as lideranças da Igreja Católica no Brasil continuem atentas a esses fenômenos que se circunscrevem dentro de um espectro sociopolítico-cultural e religioso de extrema polarização e disputas de visões de mundo e do próprio cristianismo.

### 3.2.3 – Militarismo e política

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou uma militarização do governo sem precedentes. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) revelou que o último governo foi responsável por elevar em 70% a presença de militares em cargos de natureza civil na administração federal. O dado integra o relatório “Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal”.<sup>102</sup>

Os apoiadores e o grupo político do ex-presidente expuseram em diversos momentos sua visão radical sobre o papel das Forças Armadas em relação ao Estado brasileiro.<sup>103</sup> O avanço do **militarismo** sobre a política no Brasil se recrudescer com a Proclamação da República (um golpe militar). Em nossa história republicana, já tivemos **nove presidentes militares**, incluindo

<sup>100</sup> Este muito é muito difícil diante da imprecisão conceitual, por exemplo, de termos como “ideologia” e “identidade”. Parte desta análise sobre a “polarização” se dá com base no seguinte artigo: ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio M.; ZEINE, Leonardo. Existe polarização política no Brasil? *Opinião Pública*. Revista do CESOP/UNICAMP. Campinas, vol. 28, nº 1, p. 62-91, jan.-mar., 2022. Disponível em [https://www.cesop.unicamp.br/vw/118LyTqswNQ\\_MDA\\_32722\\_/6.%20Existe%20Polarizacao%20no%20Brasi\\_l.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/118LyTqswNQ_MDA_32722_/6.%20Existe%20Polarizacao%20no%20Brasi_l.pdf). Acesso em 12 abr. 2023. A ideia central da conclusão do artigo é que há um “... contraste” ... em “que frequentemente a polarização é vivida e experimentada na esfera pública, no sentido tradicional habermasiano, enquanto nossas medidas de polarização tentam capturar a polarização por meio de opiniões, atitudes e afetos, de massa ou em subgrupos demográficos. Na esfera pública, a participação de poucos indivíduos polarizados deve se destacar, porque participam com muito mais frequência e de maneira mais incisiva, obliterando uma maioria mais silenciosa de despolitizados e moderados. O percurso que apontamos na literatura americana – que começa olhando para atitudes e opiniões de massa, passa a observar as posições das elites partidárias e, mais recentemente, se atém aos afetos desses partidários – mostra um amadurecimento da compreensão que tenta localizar exatamente onde está concentrado o problema da polarização política”.

<sup>101</sup> Ver COSTA, Maria Alice N. A polarização identitária e a pulverização programática no Brasil atual. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 12, n. 3, p. 404-429, 9 out. 2020.

<sup>102</sup> Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo/> Acesso em 24 mar. 2023.

<sup>103</sup> Veja-se: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/01/poder-militar-e-a-unica-forca-organizada-no-brasil-disse-pretas-a-folha-em-1986.shtml>. Acesso em 23 mar. 2023.





os dois primeiros (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) e outros cinco em sequência, durante a ditadura que perdurou entre 1964 e 1985. A experiência republicana mostra que “o **militarismo**, quando alcança o governo, costuma se expressar por medidas incompatíveis com aquelas normalmente instituídas em **regimes democráticos**. Para isso, podemos olhar para exemplos históricos. Governos militares latino-americanos no século XX, por exemplo, eram tipicamente autoritários.”<sup>104</sup>

Durante o governo do ex-presidente derrotado a participação efetiva de muitos militares da ativa no governo e, inclusive, em atos antidemocráticos, deram o tom das muitas disputas travadas em torno da **defesa à democracia**.<sup>105</sup>

A realidade é que, nos últimos anos, parte significativa de militares das Forças Armadas e policiais de diversas corporações brasileiras apresentaram forte adesão à ideia de um governo autoritário, tutelado pelos militares. Esses movimentos de protagonismo e tentativa de tutela da política por parte de setores militares se intensificaram a partir de 2013<sup>106</sup>, com desdobramentos em 2016<sup>107</sup>, passou pelo famoso tuíte do General Vilas Boas, em 2018<sup>108</sup>, e culminou com a eleição de um ex-capitão do Exército à presidência. Conforme pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em setembro de 2021, o apoio a **teses extremistas** cresceu 29% entre policiais militares, sendo que oficiais aderiam mais que praças a essas teses radicais.<sup>109</sup>

É de se estranhar que parcela dos militares tentaram usar de uma interpretação enviesada, e propositadamente equivocada, do **artigo 142 da Constituição** Federal de 1988 para se colocarem como os guardiões do que consideram a democracia, não obstante uma série de estudos e pareceres institucionais<sup>110</sup> que negam essa possibilidade.<sup>111</sup>

Mesmo com a derrota de Bolsonaro em 2022, vários grupos de militares, como aqueles congregados nos institutos Villas Bôas, Sagres e Federalista têm divulgado um “Projeto Brasil

<sup>104</sup> <https://www.politize.com.br/intervencao-militar-no-brasil/>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>105</sup> Veja aqui: <https://www.cartacapital.com.br/politica/militares-que-trabalhavam-na-presidencia-foram-a-acampamentos-bolsonaristas-diz-jornal/>. Aqui: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/11/30/militares-da-ativa-ferem-lei-e-participam-de-atos-golpistas-contraposse-de-lula.htm> e aqui: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vou-intervir/>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>106</sup>Veja a dissertação de mestrado “Militares e política no Brasil: uma análise do incremento da participação política castrense entre 2013 e 2018” em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/238341> Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>107</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>108</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/o-general-o-tuite-e-promessa/>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>109</sup> <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/612568-adesao-ao-bolsonarismo-radical-cresce-nas-pms-diz-pesquisa>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>110</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/667144-camara-emite-parecer-esclarecendo-que-artigo-142-da-constituicao-nao-autoriza-intervencao-militar/>. Acesso em 24 mar. 2023.

<sup>111</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/artigo-142-nao-preve-intervencao-militar-nem-federal-entenda/>. Acesso em 24 mar. 2023.





2035”.<sup>112</sup> O projeto afirma que a Nação está ameaçada pelo “globalismo”; prevê que a classe média deve pagar mensalidades nas universidades públicas e pelo atendimento no SUS. Na Educação, o grupo demonstra o desejo de limitar o debate acadêmico e a liberdade de cátedra, garantidos pela Constituição. Em outro trecho, dizem que as salas de aula estão dominadas por “esquerdistas”. Por fim, o documento não explica como se pretende pacificar a Nação. Ele se refere à neutralização – na linguagem militar – de ideologias para impor a própria, nomeada como “conservadora evolucionista”.<sup>113</sup>

De toda forma, as instituições estão atentas à **política das Forças** e cerca de 89 militares do Gabinete de Segurança Institucional e do Comando Militar do Planalto foram convocados em abril para prestar esclarecimentos à Polícia federal sobre os eventos de 8 de janeiro<sup>114</sup>. Portanto, um fator de risco à democracia brasileira continua sendo a questão militar, que deve ser aprofundada a partir do marco constitucional e democrático que determina a submissão do poder militar ao poder civil.

### 3.3 – No campo da sociedade e da cultura

#### 3.3.1 – O drama da desigualdade social e racial

Recebemos de 2022 uma realidade brasileira bem complicada. Muitas e severas sequelas da crise econômica causada pela pandemia afetaram a vida dos brasileiros. Quase 281 mil **brasileiros** viviam **em situação de rua** (38% a mais que em 2019)<sup>115</sup>. Quase metade das crianças menores de 14 anos viviam abaixo da linha da pobreza, segundo o IBGE. A fome se espalhou, sobretudo no ano passado, com o vaivém do auxílio emergencial e com o nosso modelo socioeconômico que nos coloca na situação paradoxal de ser, ao mesmo tempo, um país

<sup>112</sup> Veja aqui: <https://www.estadao.com.br/politica/marcelo-godoy/projeto-de-militares-preve-manter-poder-ate-2035-e-fim-da-gratuidade-no-sus-em-2025/>. E aqui: <https://br.noticias.yahoo.com/militares-querem-poder-ate-2035-fim-do-sus-gratuito-152557313.html>; e ainda aqui: <https://jornalggn.com.br/politica/militares-criaram-um-projeto-de-nacao-para-2035-nos-moldes-da-ditadura/>. Acesso em 24 mar. 2023.

<sup>113</sup> Veja aqui: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/05/24/grupo-de-militares-preve-manter-o-poder-ate-2035.htm> Acesso em 24 mar. 2023.

<sup>114</sup> Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/convocacao-de-militares-para-depor-na-pf-mostra-efeito-da-politizacao-das-forcas-armadas/>. Acesso em 13 abr. 2023.

<sup>115</sup> Disponível em [https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/ipea-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-supera-281-il#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20superou,Pesquisa%20Econ%C3%B4mica%20Aplcada%20\(Ipea\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/ipea-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-supera-281-il#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20superou,Pesquisa%20Econ%C3%B4mica%20Aplcada%20(Ipea).). Acesso em 11 mar. 2023.





entre os maiores produtores mundiais de alimentos e um lugar em que a fome e a insegurança alimentar têm maior frequência na população<sup>116</sup>.

Em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em **situação de fome**. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave<sup>117</sup>.

O número de **jovens “nem-nem”**, ou seja, que não estudam nem trabalham aumentou durante a pandemia. Em 2021, a quantidade de brasileiros de 15 a 29 anos nesse cenário equivalia à população da cidade de São Paulo. Entre países da OCDE, o Brasil teve o terceiro maior percentual de jovens de 18 a 24 anos que não estudavam nem estavam ocupados em 2020, logo atrás da África do Sul e Colômbia<sup>118</sup>.

E, para piorar, a parcela de **brasileiros endividados**, conforme o Serasa, era de 68,4 milhões, em setembro de 2022. Um ano antes, eram 6 milhões de endividados a menos. No terceiro trimestre de 2022, 40% dos trabalhadores brasileiros estavam na informalidade, levando em conta trabalhador privado, empregado doméstico, servidor público e por conta própria sem CNPJ. O rendimento domiciliar *per capita* médio mensal diminuiu em todas as faixas de renda entre 2020 e 2021. Entretanto, essa tendência afetou mais a parcela mais pobre da população, que perdeu um terço da renda. Em 2020, o rendimento dos 10% que recebiam menos caiu de R\$ 138 para R\$ 94 no ano seguinte. Já entre os 10% mais ricos, diminuiu de R\$ 6 mil para R\$ 5,8 mil – uma diminuição de apenas 4,5%.<sup>119</sup>

Continuamos com muitos problemas na **saúde pública**. Ainda lidando com a pandemia da COVID-19, ainda tivemos o aumento de quase 44% nos casos de dengue nos três primeiros meses desse ano, comparado a 2022. O Ministério da Saúde instalou em março o Centro de

<sup>116</sup> Importante avaliação geral sobre a alimentação e nutrição pode ser feita com base em vários estudos, v.g., os da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (<https://pesquisassan.net.br/>), bem como em recente publicação. VV.AA. *Alimentação e Nutrição no Brasil: perspectivas na segurança e soberania alimentar*. Rio de Janeiro: Ed. Livres/Fundação Oswaldo Cruz, 2023.

<sup>117</sup> Fonte: Agência Senado. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos#:~:text=Em%202022%2C%20o%20Segundo%20Inqu%C3%A9rito,brasileiros%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20fome>. Acesso em 12 mar. 2023.

<sup>118</sup> Disponível em <https://rhpravoce.com.br/redacao/geracao-nem-nem-cresce-no-brasil-como-mudar-isso/#:~:text=%C3%89%20essa%20a%20realidade%20de,gera%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%9Cnem%2Dnem%E2%80%9D>. Acesso em 11 mar. 2023.

<sup>119</sup> Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (Ipea), Síntese de Indicadores Sociais (IBGE), Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil (Serasa) e Pnad Contínua (IBGE).





Operações de Emergências. A ideia é monitorar a incidência não só da Dengue, mas também da Chikungunya e da Zika no país<sup>120</sup>.

Além desse quadro econômico e social, houve um começo de ano com severos e mortais desastres naturais, resultantes dos **extremos climáticos** e reflexo do descaso com o meio ambiente e com a Casa Comum, além da completa falta de **planejamento urbanístico e social**. Os casos deste verão, como os do litoral norte de São Paulo, do Acre, do Maranhão, do Ceará e de parte considerável da Região Sul (chuvas extremas e seca), não são “acidentais”, mas fruto de uma escolha social e política.

O ano de 2023, ainda, recebeu do passado muitos equívocos e políticas estreitas, erodindo o Estado brasileiro, dando-lhe um formato quase sempre desorganizado e inorgânico, atingido em suas políticas públicas essenciais, em um modelo de “**terra arrasada**” que levará um bom tempo para ter um mínimo de eficiência, eficácia e efetividade.

O racismo estrutural e cotidiano machuca o nosso tecido social. Com o fim do terrível período da **escravidão** no Brasil, muitos negros foram expulsos das fazendas e ficaram sem ter onde morar, muito menos como sobreviver. Grande parte desses negros foram viver nos morros e periferias que hoje conhecemos como favelas. Sem emprego e com moradias indignas, iniciou-se o processo de **criminalização do negro**. Sem educação, infraestrutura, saúde e moradia, o que restava a essa população eram poucas opções de sobrevivência<sup>121</sup>.

No período da pós-abolição, a maior parte dos negros brasileiros continuaram relegados aos ambientes mais inóspitos que sobraram nas cidades brasileiras<sup>122</sup>. Sem qualquer preocupação dos governantes, os negros, sofreram e sofrem até hoje com os preconceitos da sociedade. No campo do trabalho, o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”<sup>123</sup>, produzido pelo (IBGE), em 2019, apontou que, no mercado de trabalho, os pretos ou pardos representavam 64,2% da população desocupada e 66,1% da população subutilizada. Além disso, o número de trabalhadores negros em ocupações informais era de 47,3%, enquanto o de brancos era de 34,6%.<sup>124</sup>

<sup>120</sup> Cf. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2023-03/casos-de-dengue-aumentam-44-no-1o-trimestre-de-2023-em-relacao-2022>. Acesso em 12 abr. 2023.

<sup>121</sup> MEDEIROS, Maria da Glória de. NASCIMENTO, André José do. O fim da escravidão e suas consequências. In: IV Colóquio de História: Abordagens sobre História da sexualidade – UNICAMP.

<sup>122</sup> AMARAL, Sharyse Piroupo do. *História do negro no Brasil*. Brasília: MEC/ Salvador: CEAO, 2011.

<sup>123</sup> Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em 13 abr. 2023.

<sup>124</sup> FERREIRA, Emiko Liz. A situação dos negros no mercado de trabalho e o racismo institucional. *Revista Desacato*. Disponível em <http://desacato.info/a-situacao-dos-negros-nomercado-de-trabalho-e-o-racismo-institucional/>. Acessado em 11 abr. 2023.





Nas últimas décadas, houve algum avanço nos indicadores socioeconômicos da população negra. Eles atestam o impacto positivo das **políticas universais**. Ao mesmo tempo, os dados mostram a necessidade urgente de ações afirmativas de caráter amplo na busca por igualdade racial no Brasil. No caso do jovem negro, por exemplo, ele tem, hoje, oportunidades que seus pais não tiveram, mas isso não significa que elas sejam iguais à população branca.

Modificar as realidades desiguais de brancos e negros no Brasil é um desafio monumental de engenharia social e econômica. Nas últimas duas décadas, políticas públicas de natureza diversa, adotadas em diferentes níveis de governo, têm sido capazes de impulsionar a construção das bases da igualdade. Indicadores socioeconômicos de toda ordem mostram uma melhoria nas condições de vida da população negra, bem como no acesso a serviços e direitos, resultado da luta e afirmação da própria população negra. Nesse período, homens e mulheres negras viram sua renda, expectativa de vida e acesso à educação – para citar apenas os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – avançarem de forma mais acelerada do que as da população branca. Entretanto, ainda não é possível vislumbrar a superação do **abismo racial**. Os dados disponíveis indicam um caminho: é preciso apostar em políticas de ação afirmativa de forma consistente<sup>125</sup>.

Outro fenômeno ainda sem uma solução é a situação de trabalhadores em condição de trabalho análogo à escravidão. De acordo com dados divulgados no início deste ano pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foram resgatados 2.575 trabalhadores explorados em condições de trabalho análogos às de escravo no ano de 2022, em 462 operações de fiscalização. Apenas em três estados da federação não foram encontrados casos do tipo ao longo de 2022: Alagoas, Amazonas e Amapá. A maior parte dos casos identificados foi em Minas Gerais, com 1.070 trabalhadores na situação — o estado lidera o ranking desde 2013. Entre as vítimas em todo o país, a maior parte (92%) eram homens; 51% residiam na região nordeste e outros 58% eram naturais dessa região; 83% deles se autodeclararam negros ou pardos e 15% brancos; e 7% eram analfabetos. Trinta e cinco crianças e adolescentes também foram resgatados. O cultivo de cana-de-açúcar, tarefas de apoio à agricultura, produção de carvão vegetal e cultivo de alho e café foram as atividades econômicas com maior número de trabalhadores explorados no ano passado. Os dados indicam um crescimento de 31% no número de pessoas resgatadas do **trabalho análogo à escravidão** em comparação com o ano de 2021, e 127% a mais do que em 2019, o último ano antes da pandemia da COVID-19. Aumentou também o número de estrangeiros resgatados sob tais condições no Brasil: 148, frente a 74 (a metade) em 2021<sup>126</sup>.

<sup>125</sup> Cf. CHARÃO, Cristina. *O longo combate às desigualdades raciais*. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com\\_content&view=article&id=711](https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711). Acesso em 12 abr. 2023.

<sup>126</sup> Dados disponíveis em <https://www.dw.com/pt-br/casos-not%C3%B3rios-de-trabalho-an%C3%A1logo-%C3%A0-escravid%C3%A3o-no-brasil/a-64860904>. Acesso em 13 abr. 2023.





Somente em 2023, até o mês de março, haviam sido resgatados 523 casos em todo o Brasil<sup>127</sup>. Os casos recentes no Rio Grande do Sul revelaram que, ao lado desta grave prática, há muito **preconceito** regional e social embutido nas narrativas dos diversos atores sociais.

Parte dos desafios estruturais brasileiros decorre da concentração da terra<sup>128</sup> e da ausência de políticas públicas que permitam uma profunda reforma agrária. Essa discrepância existente na **estrutura fundiária brasileira** é fruto da ocupação histórica pela qual nosso país foi submetido, desde os primórdios da colonização até os dias atuais seguimos privilegiando e fortalecendo as grandes propriedades de terra. Deste modo, outra análise não é possível a não ser através da conjuntura histórica, que está muito mais ligada aos fatores estruturais, diferentemente das conjunturas políticas e eleitorais. Deve-se assim inserir esse debate juntamente com a questão agrária, na medida em que “o tempo da questão agrária é o tempo longo dos bloqueios, dificuldades e possibilidades a que o Estado faça uma revisão agrária de alcance histórico e estrutural, mais contida ou mais ousada”<sup>129</sup>. A **violência no campo** e os massacres que fazem parte de nossa história, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra<sup>130</sup>, revelam a brutal violência em que populações vulneráveis estão submetidas e especificamente os povos do campo, das águas e das florestas.

### 3.3.2 – O drama socioambiental e cuidado com a Casa Comum

Decisões políticas tomadas nos primeiros dias do governo de Luiz Inácio Lula da Silva sinalizam uma determinação na reconstrução da agenda ambiental brasileira, após o processo de desmonte de políticas públicas agravado durante a gestão de Jair Bolsonaro. São também muito grandes os desafios. Além de termos um Congresso Nacional dominado por opositores, onde as pautas anti-ambientais despontam, o governo federal tem as suas próprias contradições, como as prioridades dadas a controversas obras de infraestrutura. De um lado uma agenda de reconstrução tem enfrentado os escassos recursos. Doutra, há alguns movimentos contraditórios com apostas em **projetos “desenvolvimentistas”** que não consideram todos os aspectos socioambientais<sup>131</sup>.

Há um início da **reconstrução das capacidades estatais** perdidas ou desmobilizadas durante a última gestão federal na área ambiental. Ganham destaque nesta lista de

<sup>127</sup> Disponível em <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/03/somente-em-2023-523-vitimas-de-trabalho-analogo-a-escravidao-foram-resgatadas>. Acesso em 13 abr. 2023.

<sup>128</sup> Ver o Atlas do Espaço Rural Brasileiro. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2021/03/18/atlas-do-espaco-rural-brasileiro-estrutura-fundiaria-do-brasil-segue-concentrada/>. Acesso em 13 abr. 2023.

<sup>129</sup> MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo social*. [online] v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

<sup>130</sup> Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/massacresnocampo>. Acesso em 13 abr. 2023.

<sup>131</sup> Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/novo-plano-de-desenvolvimento-terais-eixos-anuncia-lula>. Acesso em 12 abr. 2023.





“reconstruções”, a reestruturação da arquitetura governamental – com a criação de pastas inéditas na história da gestão pública brasileira, como é o caso do Ministério dos Povos Indígenas (MPI); as ações estratégicas e integradas para o combate ao desmatamento; além da retomada das fontes de financiamento tanto para medidas de comando e controle como para ampliar oportunidades de transição ecológica. Mudanças infralegislativas do Poder Executivo<sup>132</sup> têm também acelerado a presença da sociedade na reconstrução da agenda ambiental brasileira<sup>133</sup>. Apesar disso, os biomas continuam sofrendo com o desmatamento<sup>134</sup>.

No universo dos **povos originários, tradicionais e indígenas** ainda há muito a ser resgatado. Questões como línguas e demografia, legislação, demarcação e proteção das Terras Indígenas, política indigenista, protagonismo indígena e projetos de desenvolvimento ainda merecem mais atenção dos governos. De um lado, há um balanço negativo da política de demarcações no período recente e, também, um detalhamento do maior ataque da história aos direitos indígenas. A situação de vulnerabilidade dos povos indígenas à COVID-19 e a inação do Governo Federal frente à pandemia foram terríveis. Doutro lado, a situação dos povos indígenas isolados e o desmonte da política de proteção aos seus territórios não recebeu ainda o devido cuidado. Nas regiões, a situação dos isolados nas regiões Acre, Oeste do Mato Grosso e Médio Rio Purus demonstra a gravidade da situação. Após o desafio comum a diferentes povos indígenas de viver (e sobreviver) sob o governo passado, que declarou explicitamente ser contra as Terras Indígenas e que não demarcaria mais nenhuma delas – justamente o que ocorreu entre janeiro de 2019 até dezembro de 2022, é necessário uma prioridade urgente para assegurar que tais fatos não se repitam em nossa história<sup>135</sup>.

O governo federal ocupou as pastas e órgãos estatais com lideranças indígenas (como a FUNAI e a SESAI – Secretária de Saúde Indígena do Ministério da Saúde), criou o Ministério dos Povos Indígenas, e tem atuado para que as pautas indígenas se incorporem de forma

<sup>132</sup> No primeiro dia de Lula no governo foi revogado o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. A norma destituiu comissões, conselhos e outros colegiados da sociedade civil e foi uma das medidas de peso adotadas por Bolsonaro nos seus primeiros dias como presidente.

<sup>133</sup> Dentre os 473 atos listados pelo Instituto Talanoa, em sua iniciativa Política por Inteiro, que deveriam ser revistos ou revogados, Lula revogou ou re-regulou 25. A iniciativa também registrou 49 atos com impactos diretos nas políticas socioambientais e de mudança do clima nesse começo de governo. O acompanhamento dos atos do governo pode ser conferido no “Monitor da Reconstrução”. Disponível em <https://politicaporinteiro.org/monitor-da-reconstrucao/>. Acesso em 12 abr. 2023. Outro exemplo é a decisão da Advocacia Geral da União (AGU), que rejeitou a prescrição de R\$ 29 bilhões em multas ambientais, quando havia uma corrida para anistiar infratores. São 173 mil autos de infração que não vão prescrever. E destaca que o Fundo Nacional de Meio Ambiente vai passar a receber 50% do valor das infrações cobradas para apoiar o processo de transição ecológica no Brasil, ante 20% destinados anteriormente. A medida foi assegurada pelo Decreto nº 11.373.

<sup>134</sup> Ver: <https://g1.globo.com/google/amp/jornal-nacional/noticia/2023/04/07/alertas-de-desmatamento-batem-recorde-no-cerrado-no-primeiro-trimestre-deste-ano.ghtml>. Acesso em 12 abr. 2023.

<sup>135</sup> <https://static.poder360.com.br/2023/04/estudo-ISA-obras-impacto-terras-indigenas.pdf>





transversal às **políticas públicas**. Mas, ainda, há muito que ser feito e não se pode perder a permanente vigilância e atuação da sociedade civil e da cidadania.

O escandaloso caso dos *Yanomami*, evidenciado a partir de uma tragédia humana que a todos impacta, de fome, miséria, explorações e ilícitos, fruto das omissões e das ações de vários atores, públicos e privados, acentua a necessidade de assumirmos maior intensidade em nossas soluções. As reações ainda não são capazes de solucionar o drama daquela região e muito deve ser feito por todos. Dentre as reações, algumas se deram num contexto invertido, transformando os espaços de poder, em tentativas de cortinas de fumaça. A comissão temporária externa do Senado que acompanha a crise humanitária em território indígena *Yanomami*, aparenta dar mais espaço para representantes dos garimpeiros, que solucionar as atividades ilegais e danosas, com base em políticas públicas. Em participação recente para discutir os vários desafios dessa situação, Dom Roque Paloschi, presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), apresentou um conjunto de ações necessárias e apontou as contradições dessa estrutura do Senado<sup>136</sup>.

A **mineração ilegal** levou à criação de uma articulação inédita dos povos Yanomami, Munduruku e Kayapó, diante da área devastada por atividade nas Terras Indígenas na Amazônia ter crescido 495%, entre 2010 e 2020<sup>137</sup>.

Mas mesmo o **setor de mineração** regulado tem demonstrado que inconsequentes condutas de mineradoras induzidas pela ambição do lucro fácil e pelo desdém aos direitos alheios, não raras vezes secundadas pela omissão, conivência ou incompetência de autoridades públicas responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental, que se contentam com a adoção de tecnologias ultrapassadas em empreendimentos de alto risco, que raramente são fiscalizados, resultam nas tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, além de causar severos impactos socioambientais nas demais regiões, como as que afetam os rios Doce, Paraopeba e alguns afluentes, ainda sem a devida reparação.

O fato é que cuidado com a **Casa Comum** é permanente, incontornável e exigente!

### 3.3.3 – Desarmamento e cultura da paz frente às violências

Uma das ações imediatas do novo governo empossado em 1º de janeiro diz respeito ao enfrentamento à política de incentivo ao armamento da população, priorizada durante o governo

<sup>136</sup> Disponível em <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?l&reuniao=11129>. Acesso em 13 abr. 2023.

<sup>137</sup> Disponível em <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/dossie-inedito-explica-avanco-do-garimpo-na-amazonia>. Acesso em 13 abr. 2023.





Bolsonaro. Durante os quatro anos de mandato do ex-presidente, foram concedidos 904 mil novos registros de armas para **caçadores, atiradores e colecionadores (CACs)**.<sup>138</sup>

Segundo dados obtidos pelo portal G1, via Lei de Acesso à informação “o número de pessoas com certificado de CAC deu um salto no governo Bolsonaro. Cresceu 474%, tendo como referência as informações do Anuário de Segurança Pública, que considera licenças para atividades de caçador, atirador desportivo e colecionador concedidas até 1º de julho de 2022. O número de pessoas com registro de CAC passou de 117,5 mil em 2018, antes de Bolsonaro assumir, para 673,8 mil”. Foram 904.858 novas armas para caçadores, atiradores e colecionadores de 2019 até 2022.

Importante recordar que em seu mandato, o ex-presidente editou decretos que facilitaram o acesso a armas, inclusive as de grosso calibre e uso restrito, como fuzis, com critérios menos rígidos para posse e aquisição, bem como maior limite de munições disponíveis por ano para CACs.

Em setembro de 2022, um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revelou que o país poderia ter evitado 6.379 homicídios, entre 2019 e 2021, se o governo federal não tivesse flexibilizado o uso de armas.<sup>139</sup>

Junto a isso, o estudo também revela que a criminalidade cresce 1,2% — em latrocínio (roubo seguido de morte) — a cada 1% a mais de pessoas armadas. Já a cada 1% de aumento de armas, a taxa de homicídio cresce 1,1%.

Recentemente, outra pesquisa do Fórum, divulgada em março deste ano, aponta que “mais de 5% das mulheres acima de 16 anos, no país — o equivalente a 3 milhões de pessoas — sofreram ameaças com faca ou arma de fogo no Brasil. A pesquisa intitulada “Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil” mostra preocupação com o fato de que a incidência do uso de ameaças com arma de fogo teve crescimento se comparado com 2020, quando a pesquisa indicou 2,1 milhões de mulheres nessa situação.<sup>140</sup>

O número de armas em mãos civis, no Brasil, beira 2 milhões — 1,2 milhão a mais nos três últimos anos, segundo levantamento dos institutos Sou da Paz e Igarapé. A quantidade, por si só, põe em risco a sociedade. Para as brasileiras, a ameaça é maior. Nas estatísticas do Fórum

---

<sup>138</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/19/governo-bolsonaro-liberou-em-media-619-novas-armas-por-dia-para-cacs-47percent-dos-registros-foram-em-2022.ghtml>. Acesso em 07 mar 2023.

<sup>139</sup> Veja em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/09/sem-liberacao-de-armas-brasil-teria-quase-seis-mortes-a-menos-por-dia-revela-estudo.ghtml>. Acesso em 07 mar 2023.

<sup>140</sup> Leia em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/cresce-taxa-de-mulheres-ameacadas-com-armas-de-fogo-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em 07 mar 2023.





Brasileiro de Segurança Pública, 29% dos feminicídios e dois terços dos assassinatos de mulheres são cometidos com armas de fogo.<sup>141</sup>

No dia de sua posse, Lula anunciou a revogação imediata de medidas adotadas pela administração anterior, como os decretos que ampliaram o porte de armas. Todas as armas de uso permitido e de uso restrito deverão ser cadastradas no Sistema Nacional de Armas (SINARM) da Polícia Federal. O cadastramento deverá ser feito em até 60 dias contados de 1º de fevereiro de 2023. A nova portaria diz ainda que, durante o período para cadastramento, se os proprietários não quiserem mais manter a propriedade de armas, poderão entregá-las em um posto de coleta da campanha de desarmamento.

O Decreto 11.366/23, de 1º de janeiro de 2023, determina, entre outros pontos: (i) a suspensão dos registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares; (ii) a restrição dos quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido; (iii) a suspensão da concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro; e (iv) a suspensão da concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores.

Os CACs são os principais atingidos. Durante o governo anterior eles podiam ter até 60 armas, sendo 30 de uso restrito e 30 de uso permitido (art. 3º do Decreto 9.846/19). Também era possível adquirir anualmente até 1.000 munições para cada arma de uso restrito e 5.000 munições para cada arma de uso permitido, totalizando até 180.000 mil munições para cada caçador ou atirador (art. 4º, § 1º, do Decreto 9.846/19).<sup>142</sup>

Mas, aliados do ex-presidente fazem investida no Congresso contra o que chamam de “revogação” antiarmas do governo Lula. Desde o dia 3 de janeiro, 17 projetos de lei ou de decreto legislativo já foram apresentados por 34 deputados e dois senadores com o objetivo de sustar as mudanças em vigor e retomar a política de facilitação de posse e porte de armas de fogo. O movimento se repete nos Estados.<sup>143</sup> Por outro lado, o STF aprovou recentemente, por 10 votos a 1, suspensão de todos os processos contrários ao Decreto 11.366/23, considerando-o constitucional<sup>144</sup>.

Mas as **violências** devem ser ainda superadas em uma sociedade brasileira marcada por suas diversas faces. As mulheres, os jovens periféricos, as comunidades, as crianças e os adolescentes, as escolas, os moradores das grandes, das médias e das pequenas cidades, no

<sup>141</sup> Veja em: <https://www.geledes.org.br/liberacao-de-armas-e-risco-comprovado-para-mulheres/>. Acesso em 07 mar 2023.

<sup>142</sup> Leia em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/379819/novo-decreto-de-armas-do-governo-lula>. Acesso em 07 mar 2023.

<sup>143</sup> Veja em: <https://www.estadao.com.br/politica/aliados-de-bolsonaro-fazem-investida-no-congresso-contrarevogaco-de-lula-antiarmas/>. Acesso em 07 mar 2023.

<sup>144</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-03/stf-mantem-suspensao-de-aco-es-que-contestam-decreto-sobre-armas>. Acesso em 11 mar. 2023.





campo e a população de rua são alvos constantes e graves violações dos direitos humanos em decorrência de uma **criminalidade** e de uma **cultura da violência** cada vez mais preocupantes.

Nos últimos tempos, tem chamado a atenção os “**ataques às escolas**” em todo o país. Após dois ataques a escolas brasileiras num intervalo de 16 dias, o país vive uma fase de disseminação de pânico entre as comunidades escolares. Eles são consequência de uma sociedade que teve legitimados o discurso de ódio, a violência e a discriminação. Contudo, para complicar os casos, há uma avalanche de compartilhamentos em grupos de *WhatsApp* de milhares de mensagens, fotos, vídeos e áudios falando de supostas ameaças de ataques a escolas que poderiam ocorrer nos próximos dias.

Circulam desde listas de supostos Estados e escolas onde os ataques poderiam acontecer a datas que estariam marcadas para ataques em massa, além de perfis de supostos agressores. Esse conteúdo tem deixado pais e mães com medo de enviar seus filhos à escola e levado crianças e adolescentes a pedir para ficar em casa.<sup>145</sup> Para combater a violência nas escolas, é preciso que as escolas tenham profissionais educadores suficientes e preparados para lidar com o assunto. Mas é fundamental que tais enxames que criam medo e insegurança sejam repelidos pelas plataformas de redes sociais, sob o risco de impedir a continuidade das aulas e atividades em todo o país.

Nesse sentido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública editou em 12 de abril de 2023 uma Portaria (351/23), publicada no Diário oficial da União (DOU) no dia 13, com uma série de obrigações para as plataformas de redes sociais, com medidas práticas e concretas de regulação do serviço prestado pelo setor, com foco específico na prevenção de violência contra escolas<sup>146</sup>. O descumprimento das medidas poderá acarretar aplicação de multas que podem chegar a R\$ 12 milhões ou, nos casos mais graves, até mesmo na suspensão administrativa dos serviços das redes sociais no país.

### 3.3.4 – Crise do pertencimento e o problema das *identidades*

Há muito já se fala numa “época de mudanças”, ou, melhor e mais especificamente, numa “mudança de época”, isto é, numa mudança epocal estabelecida por uma série de transformações subsequentes e encadeadas. Trata-se de um fenômeno que, por seu traço incidente e manutenção a longo prazo nos diferentes sistemas sociais, conduziu muitos

<sup>145</sup> Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ck7z92v4898o>. Acesso em 13 abr. 2023

<sup>146</sup> Disponível em <https://www.migalhas.com.br/quentes/384752/governo-manda-redes-sociais-excluir-posts-que-incitem-violencia>. Acesso em 13 abr. 2023.





intérpretes<sup>147</sup> a tomá-lo como orientação em sua leitura. Aqui não nos filiamos, necessariamente, à defesa de uma “mudança de época”, mas à constatação, por óbvio, de que estamos atravessando uma importante **modificação no modo como se estruturam as relações**, as percepções, a interação dos indivíduos uns com os outros e sua postura em relação a questões mais abrangentes, em nível socioambiental<sup>148</sup>. Temos, por isso, indicativos de que estamos, de fato, numa daquelas “conversões paradigmáticas”<sup>149</sup> que a humanidade já pôde observar em outros momentos de seu desenvolvimento, e alguns fatores conjunturais, com ênfase para uma leitura desde o ponto de vista da cultura, parece salutar.

Vivemos em nosso tempo o ponto de inflexão, ou, para utilizarmos uma linguagem matemática, o salto exponencial, entre os avanços cada vez mais velozes da tecnologia – e, com ela, da ciência em geral – e a linearidade da percepção humana orientada por um aparelho intelectual orgânico. Isso acontece de forma muito particular. Os processos comunicativos, que determinam o modo de expressão das subjetividades em relação à objetividade que as cerca, pressupõem uma relação com os outros. Dito de outra forma, exige a construção de uma esfera intersubjetiva e, sobretudo, a sua adaptabilidade em nível da formulação de sentidos e significados. E justamente nesse limiar situamos o problema da **identidade**.

Ocorre que, se no passado os processos de interação davam-se **organicamente** e, por isso, transcorriam desde uma percepção mais lenta do tempo, a interferência dos mecanismos de comunicação remota, as facilidades granjeadas pelo advento de tecnologias de mídia, entre outras aquisições humanas nas últimas décadas, impactaram decisivamente sobre a percepção dos indivíduos tanto acerca das **temporalidades** (submetidas a constante frenesi) quanto das **espacialidades** (envolvidas na possibilidade de uma “aldeia global” a que todos estão convidados a participar, embora nem todos desfrutem dos mecanismos necessários para plena participação). Tal mudança de conjuntura no plano material tem, além disso, implicações simbólicas importantes, entre as quais destacam-se a questão da **estabilidade da identidade** e a **crise dos pertencimentos**.

Como reflexo do modo predominante de se ler o tempo e as experiências que em seu horizonte se construía, praticou-se uma leitura das identidades sob o ponto de vista da permanência e da duração. Aqui não estamos falando de identidade como simplesmente o que é idêntico a si mesmo, mas como a maneira de sociedades e indivíduos se reconhecerem. Na

<sup>147</sup> Falamos de autores como Ruth Benedict, em *Padrões de cultura*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2021. p. 13-28; De Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward, em *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4ª. ed. São Paulo: Vozes, 2005; ou Nestor García Canclini. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

<sup>148</sup> Uma consulta sumária na web desvela uma série de textos científicos sobre a relação entre identidade e meio ambiente.

<sup>149</sup> Aqui falamos do conceito de paradigma desenvolvido por Thomas Kuhn, A função do dogma na investigação científica. In: DEUS, J. D. (Org.). *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.53-80.





medida em que as **mudanças** custavam a chegar, as identidades transpareciam segurança e solidez. É desse mesmo contexto a noção de comunidade como o “ninho acolhedor de segurança e paz”<sup>150</sup> buscado por todos.

Na medida em que os processos se aceleraram e com eles nossa percepção a respeito do mundo ao nosso redor, também as identidades puderam ser lidas desde uma ênfase de maior fluidez, com uma compreensão que deixou progressivamente de gravitar nos termos da estabilidade do **conceito**, para ser apreendida desde a lógica de uma “noção teatral”<sup>151</sup>, quer dizer, identidade como **performance**, como **interpretação**, como o resultado de uma composição complexa, plástica, altamente maleável e dinâmica<sup>152</sup>, em que referências que até pouco tempo eram consideradas contrastantes ou antagônicas passam a subsistir num arranjo de sentido que molda o mundo dos seus sujeitos. Por um lado, tal organização exige reconhecermos, sem juízos de valor, o que aqui podemos nomear como a **crise da estabilidade da identidade**, e crise no sentido de instauração de uma nova (outra) percepção, a percepção predominante no presente.

A consequência mais imediata dessa nova organização, como assinalado acima, pode ser referida como a **crise dos pertencimentos**. Em nome da ênfase nas **identidades** parece ter-se perdido a referência da **comunidade** – ao menos da noção de comunidade que foi possível até muito proximamente. Cada vez mais os indivíduos ensaiam posições e papéis submetidos ao crivo única e exclusivamente de seu engajamento individual. Como consequência direta, os modelos de associação, de participação que orientaram a dinâmica social das últimas décadas – para não dizer, do último século – entram em colapso. Trata-se de um fenômeno sentido em todos os âmbitos da vida social, mas de forma particular nas instituições que até muito recentemente mantinham e determinavam o sentido de coletividade. Isso parece ser bastante evidente quando observamos a crise sofrida por instituições consagradas como a família, a escola, a religião, a política. A lógica dos partidos políticos e dos sindicatos, que noutro contexto garantiu a conquista de importantes direitos sociais, não mais se sustenta – e, para isso, basta observar as sucessivas tentativas de subdivisão, de reunificação, de fusão *etc.* Na religião não é diferente, como demonstram os constantes confrontos e questionamentos, a crise de plausibilidade dos discursos e a escassez de referências capazes de unificar e mobilizar ao redor de um tema duradouro. São os próprios indivíduos que questionam seus líderes sem que isso lhes desfigure o sentido de participação, de pertença, uma pertença que é cada vez mais alheia ao engajamento efetivo.

<sup>150</sup> Uma referência dada por Zygmunt Bauman, no livro *Comunidades: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

<sup>151</sup> Ver: Nestor García Canclini. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

<sup>152</sup> Ver, por exemplo, Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.





A questão é que, no campo social, político, cultural, das comunicações e das comunidades, o tema das “identidades” vem apresentando o fenômeno do “**identitarismo**”<sup>153</sup>, que cada vez mais se aproxima do sectarismo. A partir deste caldo, muitos setores, inclusive das religiões, têm construído uma política de exclusão e antagonismo, que impede o diálogo e a superação das divergências. Há temas fundamentais, por exemplo como a defesa da vida desde a sua concepção até o seu declínio natural, no universo cristão, que são submetidos a esse cenário em que as “identidades” são tidas como maiores que a sociedade e o social. E o governo federal, ainda em seu início, tem demonstrado uma série de movimentos contraditórios. A revogação da portaria que desobrigou profissionais da saúde a comunicarem caso de aborto à polícia<sup>154</sup> e a saída do país do “pacto internacional antiaborto”<sup>155</sup> demonstram que ainda não está totalmente definida esta questão no governo. Ao mesmo tempo, isto se transformou, por parte de outras posições mais radicais, em uma leitura em que não há um compromisso governamental com este tema fundamental.

É fato que todos os governos são influenciados por grupos e pautas identitárias. No passado, armamentismo, temas dos setores neopentecostais (como a mudança da Embaixada brasileira de Telavive para Jerusalém, em Israel), e tantos outros, exerciam influência e tensão pública, mesmo não se constituindo em maiorias na definição das decisões políticas. No atual contexto, muito provavelmente a lógica é a mesma, apenas com a mudança dos atores e grupos de pressão com seus temas próprios e identitários. Ora, se é certo que esses grupos continuarão a produzir e a exercer influência, há que se debater a relação entre estas políticas e as demandas gerais da sociedade, sempre em vista do bem comum. Mesmo setores mais próximos de um pensamento progressista têm feito críticas a este quadro, como se pode observar na recente entrevista do ex-Presidente Rafael Correa<sup>156</sup>.

<sup>153</sup> Adotamos a expressão “identitarismo” para descrever aquelas posições doutrinárias que enaltecem as “identidades”. Se isso vem pela direita, são alimentadas pelo nacionalismo e pelas religiões, em especial as religiões de maiorias. Quando o tema vem pela esquerda, são as de minorias recortadas não só positivamente, mas de maneira mais presente pela tentativas de reconhecimento e defesa.

<sup>154</sup> Portaria GM/MS n. 13, de 13 de Janeiro de 2023, que revogou as Portarias (todas do GM/MS) n. 4.809/22, 1.079/22, 2.561/20, 3.473/22, 715/22, 2.228/22, e ripristinou várias outras. Cf. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/01/16/saude-revoga-portaria-aborto-policia.htm>. Acesso em 12 abr. 2023.

<sup>155</sup> Consenso de Genebra sobre a Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família. Em janeiro de 2023 o Governo Federal anunciou o desligamento do Brasil da Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família. A nota conjunta, assinada pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério das Mulheres e pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, modificou o anterior posicionamento do país em fóruns e mecanismos internacionais. Fonte: <https://ibdfam.org.br/noticias/10407/Brasil+anuncia+desligamento+do+Consenso+de+Genebra+sobre+Sa%C3%BAde+da+Mulher+e+Fortalecimento+da+Fam%C3%ADlia>. Acesso em 12 abr. 2023.

<sup>156</sup> Disponível em <https://patrialatina.com.br/rafael-correa-critica-tatica-de-setores-da-esquerda-de-priorizar-pauta-identitaria/>. Acesso em 12 abr. 2023.





#### 4 – Sinais dos tempos e de esperança

*“É preciso falar de esperança todos os dias só para que ninguém esqueça de que ela existe”*<sup>157</sup> Mia Couto

Há sinais dos tempos. Alguns são de esperança. Outros caracterizam o mais do mesmo que vivemos no passado recente. O **diálogo** do governo federal com os outros poderes e os demais entes federativos tem demonstrado resultados importantes para a virada de parte da política que estamos assistindo. É importante constatar que pessoas de lados e ideologias diferentes podem trabalhar juntos por soluções e iniciativas que venham superar crises humanitárias, como ocorreu diante das chuvas extremas em São Paulo.

O protagonismo dos movimentos sociais e o respeito aos conselhos de controle social, reativando espaços necessários e constitucionais de resolução e aprovação de medidas previstas na Constituição, como a recomposição da Comissão de Anistia, com membros comprometidos com a agenda da **justiça de transição**, apontam para a superação de um período de negacionismos sobre a história dos fatos que ocorreram na ditadura civil-militar brasileira.

A prisão de centenas de pessoas que invadiram a sede dos três poderes representa uma **mudança de chave** diante da impunidade pós-redemocratização. Muitos que incentivaram, financiaram e atuaram na linha de frente da tentativa de golpe do 8 de janeiro, estão presos ou sendo investigados. As ações visam atender tanto na esfera penal, como na indenização das perdas materiais fruto da depredação do patrimônio público. A prova que o agir rápido e com os instrumentos do devido processo legal, é o recuo dos acampamentos e atos antidemocráticos. O que não significa que o país não esteja dividido, como já afirmamos.

Pela primeira vez, um presidente da República fez declarações tão objetivas e de forma crítica ao setor financeiro, no sentido de que não podemos ficar guardando dinheiro para pagar juros aos banqueiros, e que devemos priorizar o pagamento da dívida social<sup>158</sup>. Em relação à Taxa de Juros (Selic), também declarou que *“Não existe justificativa para que esteja a 13,75%”*<sup>159</sup>, tendo inclusive citado que *“Não tem inflação de demanda neste País”*, desmontando a falsa justificativa para a taxa mantida pelo Banco Central. Para que estas falas se traduzam em resultados efetivos, é preciso que se debata em toda a sociedade a questão dos

<sup>157</sup> COUTO, Mia, no ensaio/conferência ‘Dar tempo ao futuro’. In: *E se Obama fosse africano? e outras intervenções* – Ensaios. Lisboa: Editorial Caminho, 2009.

<sup>158</sup> Ver <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/lula-afirma-que-nao-vai-guardar-dinheiro-para-pagar-juros-aos-banqueiros/>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>159</sup> Ver <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/02/lula-critica-juro-alto-nao-existe-justificativa-para-que-esteja-a-1375percent-ao-ano.ghtml>. Acesso em 04 abr. 2023.





juros no Brasil, tal como já ocorre em 76 países, como informado pelo Banco Central<sup>160</sup>.<sup>161</sup> A **limitação dos juros** é uma medida que significará grandes avanços econômicos e viabilizará mais justiça social neste país.

Não há como negar que o discurso retrógrado, em termos sociais, culturais, políticos e históricos, do governo anterior saiu do centro da mídia, apesar de se manter claramente latente na sociedade brasileira e deu lugar a preocupações e denúncias mais progressistas em prol da maioria da população, especialmente da mais vulnerável, que representa parcela substancial do total. O Brasil retomou o **multilateralismo nas relações internacionais**, isso implica nova agenda de diálogo em defesa do meio ambiente, economia global e sobre os conflitos, como a guerra da Ucrânia ou a situação de tensões regionais como a que acomete a América Latina. Com estas mudanças, o isolamento internacional provocado pelo discurso e prática do governo anterior cedeu espaço para maior **reintegração ao resto do mundo**, mesmo de uma maneira um tanto incerta, ao se colocar em linha aos valores mais desejados nos tempos atuais, como a revalorização do meio ambiente, o questionamento ao rentismo, os princípios democráticos e republicanos, de manter o equilíbrio entre os poderes e a busca da retomada do pacto federativo.

Há, ainda, uma reorganização de diversos **movimentos populares e sociais**, em outra conjuntura de relacionamento com o Estado. Abril terá um conjunto de mobilizações em Brasília, como o Acampamento Terra Livre, do **movimento indígena**, temas relacionados à reforma agrária, ou ainda a presença de grupos organizados em torno dos direitos e das políticas públicas em Brasília.

A própria Igreja Católica do Brasil, por meio da Conferência dos Bispos do Brasil – CNBB, corajosamente realizou a **Campanha da Fraternidade de 2023**, com o tema “Fraternidade e Fome”, com o lema “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mt 14,16). Aliás, já é a terceira vez que se trata da realidade da fome numa Campanha da Fraternidade: 1975, 1985 e 2023.

<sup>160</sup> Ver <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/12/juro-em-credito-e-limitado-em-76-paises-diz-banco-central.html>. Acesso em 04 abr. 2023.

<sup>161</sup> Nesse sentido, é importante difundir a iniciativa legislativa desenvolvida no âmbito do Observatório de Finanças da Comissão Brasileira Justiça e Paz, juntamente com diversas entidades da sociedade civil, que foi apresentada ao Congresso Nacional e já se tornou projeto de lei complementar PLP 104/2022. Ver: <https://auditoriacidade.org.br/limite-dos-juros/>. Acesso em 04 abr. 2023.





O projeto “**Encantar a Política**”, lançado em abril de 2022 por vários organismos da Igreja<sup>162</sup>, reuniu uma série de ações de formação sociopolítica<sup>163</sup> no ano eleitoral.<sup>164</sup> Difundido em todo o Brasil e com o apoio da CNBB<sup>165</sup>, o projeto alcançou inúmeras comunidades e movimentos eclesiais e sociais e sinalizou um importante compromisso da Igreja no Brasil na formação do eleitorado brasileiro, por meio de um processo que possibilitou uma leitura crítica do momento eleitoral, a apontar para o exercício de uma cidadania ativa com vistas à consolidação da democracia. Importante registrar que as entidades coordenadoras do projeto definiram mantê-lo como atividade permanente de **formação política**.

Há estratégias que merecem maior prioridade. Destacamos o campo da **educação** brasileira, tão necessária para superarmos nossas desigualdades e fortalecer a cidadania. Os efeitos serão grandiosos, da mesma forma, no tocante às subjetividades dos sujeitos, e aos modos de compreender a educação necessária ao nosso tempo. E teremos de nos posicionar ideologicamente, teologicamente, cientificamente, pedagogicamente e tecnicamente a partir do mundo da educação. Haverá a necessidade de nos refazer educadores e educandos. Nunca a sociedade dependeu tanto educação como agora! E é nesse sentido que cuidaremos do país. Não há solução fora da educação.

Precisamos, urgentemente, de um grande **projeto de pacificação** nacional. Para além dos grandes desafios, ele deve ser um fator de agregação de todo o país em busca de um rumo e de um futuro melhor, lastreado na ideia de **bem comum**<sup>166</sup>, de uma amizade social e da fraternidade, na esteira das palavras e ações do Papa Francisco, especialmente na *Fratelli Tutti* (FT). O caminho desse projeto só pode ser resultado de um incessante diálogo<sup>167</sup>, sem receios e com dignidade. No caso da CNBB, acreditamos, tal processo deve ser tratado com união,

<sup>162</sup> Entidades responsáveis pela articulação do projeto: Conselho Nacional do Laicato do Brasil, Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara, Movimento Nacional de Fé e Política e Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas.

<sup>163</sup> Dentre as ações destacamos a produção de materiais de mobilização social, formação política e comunicação, como vídeos, *podcasts*, *cards* para as redes sociais e um curso sobre estratégia de campanha eleitoral oferecido para candidatos de segmentos populares, além da publicação de um Caderno de Estudos sobre a participação política, como principal instrumento para a mobilização social e trabalho de base do projeto.

<sup>164</sup> Veja mais detalhes em: <https://cnlb.org.br/encantarapolitica/>. Acesso em 13 abr. 2023.

<sup>165</sup> Confira em: <https://www.cnbb.org.br/caderno-encantar-a-politica-e-eleicoes-2022/>. Acesso em 13 abr. 2023.

<sup>166</sup> Papa Francisco: “O capital mais importante que podemos manter é o capital espiritual. Quando o Senhor toca o nosso coração, ampliamos o nosso olhar e somos capazes de ver os necessitados e cuidar da criação, somos capazes de colocar o **bem comum** em primeiro lugar, o ‘nós’ de uma família, para deixar de lado a lógica mundana do ‘eu’, do sucesso, do domínio, do dinheiro, excluindo os demais. Cada um de nós é chamado a contribuir para que na sociedade haja cada vez mais artesãos de paz e de uma cultura do encontro, e que na Igreja se multipliquem os construtores de uma comunidade na qual todos, sem exceção, sejam bem recebidos e amados pelo Senhor”. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-02/papa-francisco-empresarios-mexicanos-individualismo-bem-comum.html>. Acesso em 13 abr. 2023.

<sup>167</sup> Na definição de diálogo: “Aproximar-se, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, conhecer-se, esforçar-se por entender-se, procurar pontos de contato: tudo isso se resume no verbo ‘dialogar’” (FT, n.198). Nesse sentido, diálogo é tudo o que possibilita o encontro e a entreajudada, ou seja, a comunhão.





comunhão e corresponsabilidade, fruto dos nossos compromissos com o Reino de Deus e com o seu povo. Nesses tempos, o nosso mais importante sinal é o da **ação**, concreta, responsável e ética, que una a todos em torno de nosso futuro. A maior esperança é esperar-nos todos os dias e em todas as circunstâncias. Sem medo, pois **a esperança é a nossa coragem!**



